



Relatório Anual 2010



RELATÓRIO ANUAL 2010

Companhia Docas do Estado de São Paulo



SECRETARIA DE
PORTOS



Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	5
Órgãos Colegiados	6
Diretoria Executiva	7
Palavra da Diretoria	8
Perfil da Empresa	16
Principais Fatos Administrativos	18
Desempenho Operacional	46
Resultado de Balanço	58
Resultado Financeiro	60
Programa de Dispêndios Globais — PDG	62
Investimentos	63
Indicadores de Gestão	64
Recursos Humanos	65
Planejamento para 2011	68
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	80
Demonstrações Contábeis	82
Nota Técnica da Auditoria Interna	101
Parecer dos Auditores Independentes	103
PARECERES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	105
GRUPO DE TRABALHO	114

SANTOS
AUTORIDADE PORTUÁRIA

SANTOS
AUTORIDADE PORTUÁRIA

PORTO DE SANTOS
AUTORIDADE PORTUÁRIA

PORTO DE SANTOS
AUTORIDADE PORTUÁRIA

PORTO DE SANTOS
AUTORIDADE PORTUÁRIA

PORTO DE SANTOS
AUTORIDADE PORTUÁRIA

DE SANTOS
AUTORIDADE PORTUÁRIA

PORTO DE SANTOS
AUTORIDADE PORTUÁRIA

PORTO DE SANTOS
AUTORIDADE PORTUÁRIA

PORTO DE SANTOS
AUTORIDADE PORTUÁRIA

PORTO DE SANTOS
AUTORIDADE PORTUÁRIA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Órgãos Colegiados

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Augusto Wagner Padilha Martins

Conselheiros

José Roberto Correia Serra

Duvanier Paiva Ferreira

Marcelo Perrupato e Silva

Octavio Luis Bertacin

João de Andrade Marques

Hermes Anghinoni

CONSELHO FISCAL

Presidente

Herbert Marcuse Megeredo Leal (a partir de 17/12/2010)

Lilian Santos Gomes (de 23/04 até 17/12/2010)

Herbert Marcuse Megeredo Leal (até 23/04/2010)

Conselheiros

José Mauro Gomes

Marcello Eduardo Ratton Ferreira

Martin Alexandre Aron

Evangelina de Almeida Pinho (a partir de 23/04/2010)

Nilza Emy Yamasaki (até 23/04/2010)

Diretoria Executiva

José Roberto Correia Serra
Diretor Presidente

Alencar S. da Costa
Diretor de Administração e Finanças

Carlos Helmut Kopittke
Diretor de Desenvolvimento Comercial

Paulino Moreira da Silva Vicente
Diretor de Infraestrutura e Execução de Obras

Renato Ferreira Barco
Diretor de Planejamento Estratégico e Controle

Palavra da Diretoria

O ano de 2010 apresentou resultados muito positivos para o Porto de Santos. Entre eles, excelente performance da movimentação de cargas com um total superior a 96 milhões de toneladas.

A Diretoria Executiva estruturou a atuação da Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) em três aspectos fundamentais, focados na **viabilização da infraestrutura**, na **sustentabilidade da empresa** e na sua **transformação organizacional**.

No que se refere à **viabilização da infraestrutura** de competência do setor público, o ano de 2010 foi marcado por grandes conquistas. Entre elas, a dragagem de aprofundamento do canal de navegação para 15 metros e seu alargamento para 220 metros, que se encontra em fase de conclusão, permitindo a vinda de navios de maior porte ao Porto de Santos. O aspecto ambiental desse empreendimento está sendo monitorado através de 24 programas.





Destacam-se, também, as obras da Avenida Perimetral da Margem Direita que apresentam significativos avanços, com a conclusão de trechos estratégicos para o acesso viário. Quanto à Avenida Perimetral da Margem Esquerda, a expectativa é iniciá-la ainda no primeiro semestre de 2011. O próximo passo será concluir esses dois acessos, que se caracterizam como duas vias expressas e uma das ferramentas fundamentais para atender a integração e o desenvolvimento dos terminais. A etapa seguinte será ligá-las, objetivando que o fluxo de veículos ocorra dentro de uma lógica na área do Porto Organizado.

Importantes projetos privados foram viabilizados, como o terminal da NST, para exportação de suco de laranja e celulose; o novo terminal da Itamaraty, para granéis sólidos; a ampliação do terminal do Tecondi, para contêineres; e a incorporação pela Santos Brasil do novo berço T-4, para movimentação de carga containerizada. Outros encontram-se em obras, como o terminal da BTP, para contêineres e granéis líquidos, e o da Emraport, que será multipropósito. Esses projetos somam investimentos superiores a US\$ 1 bilhão.



No aspecto de desenvolvimento de projetos, as parcerias estabelecidas com o setor privado vêm permitindo expandir a atuação da CODESP para que o Porto de Santos continue crescendo. A empresa recebeu do setor privado os projetos para expansão do porto (Barnabé-Bagres), ainda não avaliados por conta da não oficialização dos limites do Porto Organizado (Poligonal). No final de novembro, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou esses limites. Com essa etapa vencida, será possível concluir o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos (PDZPS) e dar andamento à avaliação dos projetos para sua expansão. A expectativa é encaminhar o PDZPS ao Conselho de Autoridade Portuária (CAP do Porto de Santos) no início do próximo ano. Quanto aos projetos para reforço dos cais, estão sendo desenvolvidos pelo setor privado e cedidos à CODESP para licitação das obras a serem viabilizadas com recursos previstos no PAC 2.

Para a integração dos modais de transportes e o compartilhamento das ações necessárias para que cada um deles atenda ao desenvolvimento preconizado para o Porto de Santos, há necessidade de um projeto que contemple o planejamento integrado de todos os agentes públicos e privados responsáveis pela implantação de infraestrutura de acesso ao complexo santista, com programas de desenvolvimento que estabeleçam uma lógica nesse processo. O estudo de acessibilidade ao Porto de Santos, contratado junto à Universidade de São Paulo, fez uma avaliação da acessibilidade ao porto face à expansão esperada, identificando restrições e propondo soluções. Foram identificados vários problemas além dos limites do porto, que requerem ações conjuntas de empresas e instituições públicas, lideradas pela CODESP, com alinhamento dos interesses e metas comuns para responder às expectativas de crescimento da economia brasileira.

Para 2011, a expectativa é concluir as etapas da Avenida Perimetral da Margem Direita que se estendem do Saboó à Reta da Alemoa e da Bacia do Macuco a Ponta da Praia, além da consolidação da passagem inferior na região do Valongo (“mergulhão”). Será dado andamento, ainda, aos procedimentos para a construção de dois píeres de atracação e ponte de acesso no Terminal da Alemoa, bem como obras civis de recuperação do atual píer da Alemoa e dos berços da Ilha do Barnabé, além do reforço de cais para aprofundamento dos berços de atracação entre os armazéns 12 ao 23, e o início da construção do alinhamento do cais do Terminal para Passageiros. Esses projetos somam investimentos superiores a R\$ 800 milhões, previstos no PAC 2 e PAC COPA 2014.

Em conjunto com essas ações, fundamentada na importância de investir em novas tecnologias, foi iniciada a licitação para implantação do *Vessel Traffic Management and Information System* (VT-MIS), importante ferramenta para a gestão eficiente do tráfego de navios e para a segurança do porto. Para o controle do tráfego em terra, foi contratada empresa para elaboração de projeto para desenvolvimento de um software para gestão integrada do tráfego de veículos de cargas no porto, pois não é suficiente disponibilizar somente infraestrutura, é preciso dotar a chegada dos modais ao porto de uma lógica que impeça a concentração em determinados locais ou em certos períodos do ano. A expectativa é colocar essas ferramentas em operação a partir de 2011, a fim de que o Porto de Santos tenha a infraestrutura portuária necessária para crescer com eficiência.

Outra conquista se refere à certificação do Porto de Santos como um complexo seguro. Foram empreendidas ações concretas e eficazes, nos últimos dois anos, que culminaram no recebimento da Declaração de Cumprimento do Código de Segurança da Organização Marítima Internacional (ISPS Code), em 12 de novembro último, com normas sobre a entrada e saída de pessoas e veículos das áreas portuárias. O recebimento da Declaração emitida pela Comissão Nacional de Segurança Pública de Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS), em 15 de dezembro, assegura que o monitoramento, a fiscalização e o controle dos meios de acesso ao cais público do Porto de Santos estão adequados às exigências internacionais de segurança portuária. Essa Declaração é importante em termos de segurança portuária e a implantação desse sistema de segurança em Santos envolveu maior complexidade por tratar-se do maior porto brasileiro.



Com relação à **sustentabilidade da empresa**, 2010 foi um ano profícuo, com um resultado positivo de balanço de R\$ 44,5 milhões. Os ganhos não são apenas contábeis, mas refletem a estabilização econômico-financeira da empresa, o que permitirá efetuar mais investimentos com recursos próprios, além de possibilitar a distribuição de dividendos a seus acionistas e participação nos lucros a seus empregados.

Quanto à **transformação organizacional**, o objetivo é adequar a empresa à realidade de uma Autoridade Portuária em um processo que envolve desde Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário, em andamento, e concurso público para renovação do quadro de empregados, até projeto para transformação da estrutura física da empresa, visando atender à nova configuração funcional. O objetivo para 2011 é estabelecer novo plano de cargos e salários que proporcione ao empregado ascensão funcional adequada e remuneração condizente com o mercado, estimulando o seu desenvolvimento profissional e o comprometimento do quadro de pessoal com as metas da empresa. Serão envidados esforços, também, para viabilizar a extensão da complementação de aposentadoria aos empregados admitidos após julho de 1965, que já conta com fonte de recursos.

Objetivando, ainda, viabilizar essa reestruturação organizacional, em 2011 será feita a quantificação dos dados contidos em estudo recentemente desenvolvido para a Autoridade Portuária com objetivo de projetar uma nova estrutura para atender à uma organização administrativa adequada a seu novo papel no porto.

Destaca-se, também, a definição sobre a responsabilidade pelo pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de áreas sob gestão da CODESP. Por votação majoritária, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, no dia 25 de agosto, o direito da CODESP à imunidade quanto a esse imposto. No julgamento, prevaleceu o entendimento de que as instalações portuárias são de propriedade da União, que controla 99,97% das ações da CODESP, cabendo à empresa apenas a gestão do patrimônio.

Todo esse trabalho vem estruturando o Porto de Santos para responder, adequadamente, ao crescimento da economia brasileira, propiciando-lhe uma imagem sólida no cenário nacional e internacional. Entretanto, deve-se avançar sempre e não deixar passar a oportunidade histórica de consolidá-lo como o primeiro “*hub port*” da América Latina, através da captação de novos mercados e do desenvolvimento de seu papel de centro de distribuição logística nacional.

Finalizando, a Diretoria destaca que não conseguiria atingir os objetivos sem o trabalho e o comprometimento de seus colaboradores e órgãos que integram esta estrutura e que têm sido valiosos no esforço para percorrer este caminho, que vem traçando o futuro do Porto de Santos.

Santos, 31 de dezembro de 2010


Diretoria Executiva



JOSÉ ROBERTO CORREIA SERRA
Diretor Presidente



ALENCAR S. DA COSTA
Diretor de Administração e Finanças



PAULINO MOREIRA DA SILVA VICENTE
Diretor de Infraestrutura e Execução de Obras



CARLOS HELMUT KOPITTKE
Diretor de Desenvolvimento Comercial



RENATO FERREIRA BARCO
Diretor de Planejamento e Controle

 **CODESP**
ED. ENO⁹ J. M. BERENQUER



Perfil da Empresa

A Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), vinculada à Secretaria de Portos, é uma sociedade de economia mista, com capital autorizado, regendo-se pela legislação das sociedades por ações, no que lhe for aplicável, e pelo seu Estatuto, tendo por objeto social realizar a administração e a exploração comercial do Porto de Santos e dos demais portos ou instalações portuárias que estejam ou venham a ser incorporados à sua administração.

Por conta do 2º Aditamento ao Convênio de Descentralização de Serviços Portuários nº SEP/002/2007-DC, celebrado com a SEP, em 31/12/2009, a CODESP continuará a administrar o Porto de Laguna (APL/SC) por mais 24 meses.

O capital social da CODESP é de R\$ 648.395.012,49 (seiscentos e quarenta e oito milhões, trezentos e noventa e cinco mil, doze reais e quarenta e nove centavos) correspondentes a 179.492.901.054 (cento e setenta e nove bilhões, quatrocentos e noventa e dois milhões, novecentos e um mil e cinquenta e quatro) ações (ordinárias e preferenciais), autorizado pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 08/11/2010 e homologado na AGE de 28/12/2010, sendo a União Federal a acionista majoritária, com 99,97% das ações.



O Porto de Santos tem uma extensão de cais de 13 km, com profundidades de projeto variando entre 7,3 e 14 m e área útil total de 7,8 milhões de m². Conta com 62 berços de atracação, dos quais 11 são de Terminais Privativos (Cutrale, Dow Química, Cargill, Usiminas e Fosfertil).

Destacam-se os terminais especializados, localizados nas duas margens do estuário, nos quais se pode verificar a seguinte disponibilização de berços: 1 para veículos; 14 para contêineres; 5 para fertilizantes/adubos; 6 para produtos químicos; 2 para cítricos; 8 para sólidos de origem vegetal; 1 para sal; 2 para passageiros; 1 para produtos de origem florestal; 1 para derivados de petróleo, 4 para trigo; 5 para produtos siderúrgicos; 10 para carga geral e 2 de multiuso (suco cítrico a granel, roll-on/roll-off e contêiner).

Principais Fatos Administrativos

ANO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O ano de 2010 consolidou a estabilização financeira da CODESP, mesmo sem o reajuste de suas tarifas há cinco anos, alcançando um resultado líquido contábil de R\$ 44,5 milhões.

Esse desempenho é atribuído, principalmente, aos recursos viabilizados através de novos arrendamentos, que vêm permitindo à empresa se capitalizar para investimentos no porto, e ao resgate de créditos junto à terminais portuários. O mais expressivo acordo para resgate de créditos se deu com a Usiminas, envolvendo o valor de R\$ 138,5 milhões (recebido R\$ 134,7 milhões em 2010). O acordo foi firmado entre CODESP, USIMINAS e Advocacia Geral da União (AGU) e homologado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. A CODESP enviou para a AGU o processo de negociação proposta pela Libra Terminais e aguarda um parecer para dar andamento ou não ao acordo.

Foi, também, um ano importante para o início de negociações para solucionar o déficit financeiro e atuarial do PORTUS - Instituto de Seguridade Social. A busca de uma solução para a questão do PORTUS, em nível nacional, está sendo conduzida pela Secretaria de Portos. Para isso já houve negociação conduzida pelo ministro da SEP para aporte de R\$ 400 milhões, dos quais, R\$ 106 milhões serão destinados para amortizar dívida da CODESP.

Quanto à dívida da CODESP para com o PORTUS, ela já havia sido calculada, aceita e paga. Entretanto, ao longo dos anos, o Instituto vem apresentando um passivo diferente de responsabilidade da CODESP. Para resolver esse impasse, a CODESP contratou estudo junto à Fundação Getúlio Vargas (FGV), objetivando examinar a real dívida da CODESP para com o PORTUS. Após análise dos relatórios elaborados pela FGV, foi firmado com o referido Instituto, em 29/12/2010, reconhecimento parcial de dívida, através do Contrato nº 42/10 – Termo de Ajuste e Forma de Pagamento de Contribuição Patronal, sendo registrado no passivo da CODESP o valor de R\$ 106,0 milhões, referente à amortização de parte incontroversa de um montante a ser reavaliado, de responsabilidade desta patrocinadora no Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1, de modalidade de Benefício Definido, atualmente fechado para novas adesões. Faz-se registrar que a diferença entre os valores apresentados, pela CODESP e pelo PORTUS, continua em controvérsia pelas partes, razão pela qual não foi registrado o montante apresentado no estudo da Fundação Getúlio Vargas.

A CODESP, no que tange à diretoria, fará o possível para que todos os seus empregados e ex-empregados participantes do PORTUS possam ter a tranquilidade que necessitam no momento que precisem usufruir do benefício que fizeram jus ao longo de muitos anos de contribuição.

Para 2011, está prevista a recuperação de adiantamentos financeiros feitos a portos e hidrovias ao longo de, aproximadamente, 15 anos, junto ao Ministério dos Transportes (MT), fruto de negociações ocorridas na Câmara de Conciliação da AGU em 2010.

A CODESP não tem pendências financeiras em atraso e se encontra, rigorosamente, em dia com todos os seus compromissos com pagamentos de pessoal, impostos, contribuições, fornecedores e prestadores de serviços, o que lhe concede certificados de regularidade junto a todos os órgãos públicos. Além disso, a CODESP apresenta boa disponibilidade de caixa, com o recebimento de R\$ 325,5 milhões referentes à oportunidade de negócio gerada pelo arrendamento do terminal para granéis sólidos na Margem Esquerda (R\$ 240,2 milhões), e do terminal de veículos (R\$ 85,3 milhões).

A empresa totalizou o pagamento, a título de taxas, impostos e contribuições, no montante de R\$ 219,3 milhões, detalhados em: Receita Federal (R\$ 108,5 milhões), INSS (R\$ 65,2 milhões), PORTUS (R\$ 21,8 milhões), FGTS (R\$ 9,7 milhões), ISS - PMS (R\$ 7,2 milhões), ISS - PMG (R\$ 2,8 milhões) e ICMS (R\$ 4,1 milhões).

Com relação aos Recursos Humanos a CODESP distribuiu R\$ 3,6 milhões a seus empregados por conta do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR). Esse é um modelo de relacionamento entre capital e trabalho que incentiva o trabalhador a buscar cada vez mais a eficiência e qualidade no desenvolvimento de suas funções, para que a empresa possa cumprir suas metas.

Outro fato em destaque é a aprovação do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), instituído através da Resolução DP nº 26, de 30/06/2010, que estabelece critérios e procedimentos para a concessão desse incentivo à empregados integrantes do quadro permanente da empresa. O programa teve adesão de 306 interessados, dos quais 80 foram desligados nos meses de novembro e dezembro. Além dos direitos previstos em lei, fazem jus também a uma remuneração por ano de vinculação à empresa, limitada à 10 remunerações. Paralelamente ao PIDV, a CODESP desenvolveu o Programa de Preparação para Aposentadoria, e que será iniciado em janeiro de 2011, através do qual a empresa preparará os empregados inscritos no Plano a lidarem com uma nova fase em suas vidas, incentivando-os a vislumbrarem novas expectativas para o futuro e a promoverem mudanças em suas rotinas diárias.

A realização de concurso público para preenchimento de 150 vagas existentes e de postos de trabalho gerados por novas atividades da Autoridade Portuária também ganhou relevância, por dotar a empresa de mão-de-obra qualificada para novas funções incorporadas ao quadro de pessoal.

Entre agosto e dezembro de 2010 foram realizadas 101 admissões. Em 2 de agosto a CODESP recebeu [45 novos profissionais](#), aprovados no Concurso Público realizado em 23 de maio, que passaram por um processo de integração, assumindo funções de Técnicos em Serviços Portuários (escriturários, técnicos de informática, meio ambiente e edificação), de nível médio. Ainda, no dia 16 daquele mês foram admitidos mais 48 candidatos dos níveis fundamental, técnico e superior, sendo que, até o final de 2010 outros concursados passaram a fazer parte do nosso quadro de pessoal.

Para preencher as vagas que não contaram com candidatos aprovados e novas vagas, a CODESP contratou, ainda em dezembro, a Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (FUNESP) para realização de novo concurso público em 2011.

A admissão de novos profissionais sedimenta o trabalho de reestruturação da empresa, que vem sendo implementado com o objetivo de aprimorar, cada vez mais, o desempenho do papel que lhe foi reservado no desenvolvimento do Porto de Santos.



O referido concurso visa, também, a substituição de mão de obra terceirizada, conforme estabelecido no Termo de Conciliação Judicial firmado por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Advocacia Geral da União com o Ministério Público do Trabalho. Nesse Termo ficou estabelecido que os empregados vinculados aos contratos de prestação de serviços, contratados pela Administração Direta em discordância com o Decreto nº 2.271/97, seriam substituídos por servidores nomeados por meio de concurso público. Em 2010 foram desligados em torno de 100 empregados terceirizados.

Para atender à prestação de serviços de assistência médica hospitalar e odontológica a empregados e ex-empregados aposentados inscritos, a CODESP contratou a Aliança Administradora de Benefícios, vencedora do certame licitatório para gerenciamento desses serviços. A nova modalidade de prestação desses serviços permite aos empregados e ex-empregados opção pela operadora que melhor atender suas expectativas. A Aliança Administradora operará através da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santos, Plano de Saúde Ana Costa, Sociedade de Beneficência Portuguesa e Unimed de Santos. A Santa Casa Saúde foi a operadora que ofertou o menor preço por grupo familiar. Quando a opção recair sobre outra prestadora de serviço o beneficiário deverá arcar com a diferença de valores.

A empresa intensificou, em 2010, a capacitação do quadro funcional. Foram desenvolvidos 79 cursos em diferentes áreas de atuação, envolvendo 1.194 empregados. Além disso, ocorreram treinamentos de relacionamento interpessoal e liderança, onde o empregado foi levado a pensar e reavaliar sua postura no ambiente de trabalho. A segunda fase desse treinamento foi realizada na Vila de Itatinga, permitindo aos colaboradores treinamentos de sensibilização ao ar livre.

Na área social, a CODESP teve participação ativa, através de campanhas para recolhimento de agasalhos (Campanha do Agasalho) e brinquedos (dia da Criança), em conjunto com o Fundo Social de Solidariedade da Prefeitura Municipal de Santos - PMS.

Em 2010 foi assinado termo de compromisso entre a Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos (CENEP/Santos), Órgão Gestor de Mão-de-Obra de Santos (OGMO-Santos) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT, com anuência da Prefeitura Municipal de Santos e da Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho do Estado de São Paulo, objetivando estabelecer os procedimentos para a realização de cursos nas áreas de Operador de Pá-Carregadeira e Logística Básica. As vagas foram contratadas junto ao Programa Estadual de Qualificação Profissional (PEQ), realizado com recursos oriundos do Governo do Estado de São Paulo. Concluíram os cursos 187 trabalhadores portuários avulsos no período de 31/08/2010 a 01/12/2010.

Foram adquiridas em setembro de 2010 cem carteiras escolares para realização de cursos no CTP-CENEP com investimento de R\$ 15,7 mil, estando previsto para 2011 a aquisição de simulador de operações ao custo de R\$ 2,6 milhões.

INFRAESTRUTURA ACOMPANHA CRESCIMENTO DA MOVIMENTAÇÃO


O crescimento das relações comerciais entre o Brasil e importantes mercados internacionais oferece ao Porto de Santos uma excelente oportunidade para captar novos negócios e linhas marítimas. Assim, o crescimento na movimentação de cargas experimentado nos últimos anos vem sendo acompanhado por intenso trabalho de modernização da infraestrutura e pela busca de estratégias que incrementem a competitividade do porto.

As novas tecnologias que estão sendo implantadas se converterão em ferramentas de aprimoramento do conjunto dos serviços portuários, a exemplo do VTMS, do novo sistema de gerenciamento para controle de tráfego na área portuária e do projeto Porto Sem Papel, que a SEP vem desenvolvendo, pioneiramente, no Porto de Santos. A eliminação do papel na tramitação de documentos, com todas as garantias legais, significa, além de economia de espaço e tempo, clareza no circuito de informações e operação do sistema a partir de pontos remotos, caracterizando-se como ferramenta importante para atender às projeções de movimentação apontadas no Estudo de Expansão do Porto de Santos.

Além dos investimentos públicos que estão sendo aplicados no porto, os terminais privados também estão investindo maciçamente na transformação física de suas instalações e no [parque de equipamentos](#).

Para atender o segmento de granéis líquidos, por exemplo, a AGEO (Ilha do Barnabé) investiu na construção de 37 tanques, tendo comprovado até 2010 investimentos da ordem de R\$ 16 milhões. Já a COPAPE (Ilha do Barnabé) iniciou as obras de construção de dois píeres, que devem estar concluídos em 2013, tendo até 2010 investimentos comprovados no valor de R\$ 11,4 milhões. Um deles será para uso exclusivo da empresa e o outro compartilhado com outros terminais. A NOBLE investiu na construção do TERMINAL 12A (Itamaraty), inaugurado em junho, e movimentou, até o final de 2010, cerca de 1 milhão de toneladas de granéis sólidos, e planeja elevar esse volume para 2,5 milhões de toneladas no próximo ano. A NST comprovou investimentos de R\$ 93,5 milhões na construção de seu terminal para exportação de suco de laranja e celulose. O TECONDI aplicou até 2010 R\$ 262,7 milhões em obras de infraestrutura e em equipamentos, para garantir uma movimentação anual de 500 mil teu. A COSAN finaliza estudos para a cobertura dos berços de atracação, a fim de viabilizar operação de açúcar em dias com chuva. A expectativa da empresa é exportar cerca de 11 milhões de toneladas através de seu terminal portuário, até 2014. Já comprovou investimentos no terminal da ordem de R\$ 58,7 milhões, até 2010.





No setor de [cruzeiros marítimos](#), o Porto de Santos tem experimentado expressivos crescimentos durante os últimos anos. Durante a temporada 2009-2010 o Terminal Giusfredo Santini, administrado pela empresa CONCAIS, recebeu 977 mil passageiros, dos quais 453,7 mil desembarcaram e 453,6 mil embarcaram, além de outros 69,7 mil em trânsito, apontando uma média diária de 7,3 mil turistas. Foram atendidos 20 navios, que efetuaram 284 escalas em 133 dias de operação. Para a temporada 2010-2011, que se estende de outubro até maio do próximo ano, estão confirmados 20 navios, que farão 343 escalas, com previsão de movimentar cerca de 1,1 milhão de passageiros. Para aprimorar o atendimento no terminal portuário santista, a CONCAIS efetuou investimentos na ampliação dos salões de embarque e desembarque.

Ainda em 2010, ocorreu a entrega do novo cais da SANTOS BRASIL (TECON IV); a reforma e ampliação do ARMAZÉM XXXV, da LIBRA TERMINAIS e a chegada de novos equipamentos para operação de cargas containerizadas para os terminais da SANTOS BRASIL, LIBRA E TECONDI.





Em paralelo, o Porto de Santos terá que adotar ações que viabilizem o equilíbrio da [matriz de transportes](#), fomentando maior utilização do modal ferroviário, para responder às previsíveis exigências do mercado para os próximos anos. Os investimentos anunciados pelo setor privado já refletem a percepção quanto à importância dessas ações. Com relação ao controle logístico da carga, a CO-DESP implantou novo regulamento geral de práticas de fiscalização e contratou estudos para controle do fluxo rodoviário.

A nova modelagem para arrendamentos trouxe não só a inversão de fases no processo licitatório, implicando na imediata abertura da proposta de preço e na análise do projeto básico e da habilitação somente do licitante que ofertou o maior valor pelo arrendamento, mas introduziu novos conceitos econômicos que vêm permitindo capitalizar a empresa para investimentos com recursos próprios. Em 2010, ocorreu o arrendamento de área na Margem Esquerda, para movimentação de granéis sólidos, com 48,2 mil m², para o Consórcio Cargill LDC. Foi iniciado o certame licitatório para arrendamento de outra área, com cerca de 38,4 mil m², para movimentação e armazenagem de granéis líquidos e produtos químicos na [Ilha do Barnabé](#), pelo Consórcio Vopak Ilha do Barnabé. Outros processos licitatórios serão encaminhados, na medida em que os contratos de arrendamento forem vencendo, já alinhados ao PDZPS.

Quanto às iniciativas encaminhadas para incrementar a presença do porto nos mercados nacionais e internacionais, têm se materializado em regulares contatos bilaterais com empresas, instituições e [membros de governos](#) e em missões oficiais brasileiras a mercados internacionais de grande expressão, onde o porto tem sido partícipe. Essas missões se convertem em ponto de encontro privilegiado entre empresários e o porto para concretização de novos negócios, intercâmbio de experiências e apresentação da ampla oferta de serviços que o complexo portuário santista oferece.

Em 2010, a CODESP esteve presente em 10 [feiras de negócios](#) em diversos pontos do país, e recepcionou 30 comitivas empresariais nacionais, 34 internacionais, 10 governamentais nacionais, 22 governamentais internacionais, em um total de 1.068 integrantes.

Além disso, recebeu visitas de 73 grupos universitários de vários estados brasileiros, com cerca de 3.500 estudantes, objetivando proporcionar informações sobre o Porto de Santos e Comércio Exterior e possibilitar que esses futuros profissionais possam buscar oportunidades de trabalho no setor.



Foi viabilizada em 2010, a assinatura de mais dois acordos de cooperação, sendo um com a Autoridade Portuária de Valência, em março (à esquerda), e outro com o Ministério de Transportes da Alemanha, em junho (à direita).



O ano de 2010 foi marcado pelo Centenário da Usina Hidrelétrica de Itatinga, comemorado com três eventos ao longo do ano. O primeiro ocorreu em junho, com uma Festa Junina, seguido pelo aniversário do Clube de Itatinga, em setembro, e culminando com a grande festa do Centenário, em 10 de outubro, quando foram homenageados os funcionários mais antigos e lançado o livro **Itatinga — A Hidrelétrica e seu Legado**, de autoria de Ana Luisa Howard de Castilho, bem como uma edição especial, pelo jornal A Tribuna de Santos, contando a história da usina, da vila e seus moradores. A CODESP recebeu, ainda, homenagem da Câmara Municipal de Santos pela passagem dos 100 anos da Hidrelétrica. A vila passou por uma reforma durante todo o ano, preservando-se as linhas de suas instalações. Cerca de 1.000 pessoas compareceram à solenidade.







MOVIMENTO DE CARGAS

O movimento de cargas ultrapassou 96 milhões t, superando em 15,4% a movimentação registrada em 2009 (83,2 milhões t) e consolidando o crescimento do movimento no complexo portuário santista. A movimentação de sólidos a granel atingiu um nível recorde, registrando a marca de 45 milhões t e crescimento de 17,6% em relação a 2009 (38,3 milhões t). Foram movimentados 35,2 milhões t (crescimento de 19,1%) de cargas gerais e os líquidos a granel atingiram a marca de 15,8 milhões de toneladas (crescimento de 3%).

Apesar dos efeitos da crise ainda serem percebidos no comércio com os países desenvolvidos, o crescimento das economias em desenvolvimento fizeram com que o comércio de tais países aumentasse, significativamente, nos últimos anos, garantindo uma maior diversificação dos destinos e o crescimento do movimento de cargas no Porto de Santos. Para o ano de 2011, a expectativa de movimentação do Porto é de 101,5 milhões de toneladas, superando em 5,7% o movimento de 2010.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E CONTROLE

O planejamento do Porto teve um desempenho muito favorável em 2010. Vários fatores podem confirmar o avanço verificado ao longo do ano, apontando resultados como o projeto de expansão do Terminal de Líquidos da Alemoa, os recursos previstos para estudos de instalação de Zona de Apoio Logístico, as possibilidades de ampliação de acessos ao Porto, a futura conclusão do PDZPS e as avaliações sobre o potencial de implantação de uma malha hidroviária na região.

No decorrer de 2010, ocorreu um processo de maturação dos cenários apontados pelo estudo de expansão do Porto de Santos. O estudo se tornou a cartilha de referência para tomadas de decisões da empresa quanto ao planejamento. Este ano foi constatado que o levantamento de demandas e capacidades que apontava necessidade de ampliação de oferta para granéis líquidos, por exemplo, já conta com sua expansão definida a partir de 2011.


A Associação Brasileira de Terminais de Líquidos (ABTL) deve concluir, em 2011, e ofertar à CODESP projeto executivo para construção de dois píeres de atracação no Terminal de Granéis Líquidos da Alemoa. A obra já tem recursos de R\$ 70 milhões previstos no PAC 2 e deverá ser licitada no próximo ano. Estima-se que com esses novos berços, o Porto reduza, em até 60%, os tempos de espera na barra para atracação e o índice de ocupação de berços para navios de líquidos. A exemplo deste, diversos outros projetos são desenvolvidos pela iniciativa privada, agilizando o processo para execução de obras de expansão.

A grande área de expansão do Porto de Santos, estimada em cerca de 7 milhões de metros quadrados, situada na região continental de Santos foi fruto de três estudos elaborados pela iniciativa privada e entregues à CODESP em 2010. Os estudos passarão, a partir da definição da área do Porto Organizado e da aprovação do PDZPS, por uma avaliação da empresa. Cabe destacar, também, o início, pelo setor privado dos estudos de viabilidade e os projetos para construção dos terminais de Prainha, com dois berços para movimentação de 800 mil contêineres por ano e de [Conceiçãozinha](#), também com dois berços para 20 milhões de toneladas de grãos ao ano.

A MSC apresentou à CODESP projeto para implantação de um novo terminal para passageiros na área denominada de Revitalização Portuária.

A instalação de uma Zona de Apoio Logístico (ZAL) é outro estudo considerado de grande interesse pela Autoridade Portuária. Bancado a fundo perdido pelo governo espanhol, foi contratada empresa de consultoria para o desenvolvimento desse estudo. A ZAL trata-se de uma grande área, com pelo menos 600.000 m², que deverá situar-se na região continental de Santos, reunindo autoridades intervenientes no processo e serviços de apoio, promovendo a confluência de modais, distribuindo cargas aos terminais, garantindo facilidades para exportadores e importadores, entre outras possibilidades. Os estudos estão em fase de diagnóstico e devem estar concluídos até o segundo semestre de 2011.





A instalação da ZAL demanda, para sua plena utilização, a implantação de matriz hidroviária na bacia da região, permitindo a integração com os modais rodoferroviários. Nesse sentido, foi concluído estudo preliminar contendo levantamento de características físicas do potencial da região, considerando aspectos de profundidade e obstáculos, como gabarito de pontes, para definição da malha hidroviária. Esses estudos permitirão a elaboração de Termo de Referência para licitação de um projeto completo de instalação.

Uma vez deflagradas essas iniciativas, há a possibilidade de se desenvolver um grande projeto, conectando o planalto, na altura do rodoanel, com a Baixada Santista, na área continental da região, através de túnel, que comportaria ferrovia e esteiras transportadoras. Não se pode descartar grandes obras, grandes desafios, considerando o potencial de crescimento de Santos.

Os estudos apresentados no começo do ano, de expansão e de acessibilidade, seguidos, após sua divulgação, por debates e discussões sobre necessidade de expansão da infraestrutura de acesso ao Porto de Santos, aceleraram iniciativas visando elaboração de propostas como o projeto conceitual da Ecovias de ligação a seco entre a Ilha do Barnabé e a área continental de Santos, nas proximidades do Saboó. Há também projeto da Prefeitura Municipal de Santos - PMS para conexão viária entre a Alemoa e a Zona Noroeste e as intervenções, já com projetos em andamento, previstas pelo governo do Estado de um novo viaduto na confluência da via Anchieta com a rodovia Cônego Domênico Rangoni, além da construção da terceira faixa entre a Usiminas e a via Anchieta, a duplicação da ponte 31 de Março e a implantação da terceira faixa da Rodovia Anchieta e marginais, entre a base da serra e o porto.

Sobre os acessos da malha ferroviária que se destinam a Santos, há a necessidade de construção dos tramos norte e sul do Ferroanel, como forma de se racionalizar este modal. Com a construção do tramo norte, se solucionaria a grande dificuldade que a MRS encontra para transpor a área metropolitana de São Paulo, conduzindo a carga entre o interior do país e o porto. A MRS desce a serra pelo sistema de cremalheira e opera com saturação, enquanto a ALL, que faz a conexão entre o planalto e o porto, está desafogada e, com a construção do tramo sul, poderia intensificar a participação do modal, interligando-se à MRS e equalizando a utilização das duas vias.

Quanto ao controle de tráfego de embarcações, o VTMS, em fase de licitação, com instalação prevista até o final de 2011, será composto por quatro torres de monitoramento e uma central de processamento e supervisão dos dados obtidos pelas torres. O sistema tornará mais segura a espera de navios nas áreas de fundeio e mais eficiente a movimentação e atracação de embarcações no porto, uma vez que esses recursos serão integrados à gestão de segurança da Supervia Eletrônica de Dados e ISPS Code.

Foi interligada por fibra ótica, a rede de computadores instalada nos prédios da CODESP, situados na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves e os do Edifício José Armando Pereira (antigo tráfego), facilitando a manutenção nos sistemas hospedados e o acesso dos usuários através do Protocolo Geral, Intranet e Supervia.

A fim de manter atualizada a página da Transparência Pública, mantida pela Controladoria Geral da União – CGU foram ajustados os nossos sistemas de modo a alimentar essa ferramenta, criando um Banco de Dados com informações sobre Licitações e Contratos firmados pela CODESP.

A linha poligonal, definindo os limites do Porto Organizado de Santos, foi desenvolvida e será oficializada através de Decreto da Presidência da República a ser promulgado em 2011, permitindo à CODESP avaliar os projetos apresentados pela iniciativa privada para expansão do porto.

Foi concluído o estudo compreensivo de diagnóstico e elaboração de propostas, nas frentes de Situação Patrimonial, Plano Estratégico, Contrato, Governança Corporativa, Capital Humano, Tecnologia da Informação, Modelo de Receita e Processos, com vistas à implementação do Plano de Reorganização, de Gestão e de Processos da CODESP.

NOVAS IDÉIAS E MUITA DISPOSIÇÃO

Realizações, projetos, obras programadas, recursos previstos, novas idéias e muita disposição marcaram o desempenho da área de Infraestrutura e Execução de Obras em 2010. Hoje, o Porto conta com um dinâmico programa de infraestrutura que atende tanto o setor viário, ferroviário e aquaviário, quanto à melhoria e expansão portuária. Dentre várias ações, destacam-se a implantação da Avenida Perimetral da Margem Direita, dragagens de manutenção, aprofundamento e os programas ambientais, além dos projetos de construção e reforço de berços de atracação como itens que tiveram grandes avanços em 2010.

Todos os berços de atracação do Porto encontram-se quase 100 por cento na cota de projeto, após um programa de manutenção que dragou 850 mil metros cúbicos, entre cais e acessos. O rigoroso programa de monitoramento ambiental no estuário e na área de descarte, cumprido pela CODESP, garantiu a preservação do meio ambiente e a execução do serviço com o padrão de qualidade requerido.

Quanto à dragagem de aprofundamento do canal de navegação para 15 metros, iniciada neste ano, foi concluída, até dezembro, nos trechos 1, 2 e 3. O trecho 1 se estende da barra até o entreposto de pesca; o trecho 2, do entreposto até a Torre Grande, numa extensão total de 15 quilômetros; e o trecho 3, com 4 quilômetros, se situa entre a Torre Grande e o armazém 6. Foram dragados, *“in situ”*, cerca de 7,4 milhões m³ de sedimentos mais sólidos, do total previsto de 13,6 milhões. A expectativa é concluir a dragagem até o final de agosto de 2011. O serviço conta com a utilização das dragas de sucção tipo *“ho-pper”* Hang Jun 5001, de 5 mil m³, e Xin Hai Hu, de 13 mil m³.



Para executar esse serviço foi necessária a obtenção de licenciamento que demanda o cumprimento de 24 programas ambientais, além de monitoramento arqueológico da área. Um dos principais é o acompanhamento do perfil praiado de Santos e Guarujá. Até o momento, todos os relatórios, que são encaminhados às secretarias de meio ambiente dos dois municípios, apontam de forma clara que a dragagem não traz qualquer impacto às praias da região.

Completando o projeto de aprofundamento, em 2011 serão concluídas as intervenções, iniciadas neste ano, para eliminar as interferências à navegação. A linha de dutos subaquáticos entre a Alemoa e a Ilha do Barnabé, desativada há anos, já teve executado cerca de 40% do total, com término previsto para 2011. A remoção do remanescente dos restos naufragados do navio Ais Giorgis já tem encaminhado o processo de licenciamento junto à CETESB. O terceiro item é a derrocagem das pedras de Teffé e de Itapema. O ministro de Estado da Secretaria de Portos da Presidência da República, Pedro Brito, assinou dia 28 de dezembro o contrato com a firma Ster Engenharia Ltda., para realização das obras de derrocamento. A Ster apresentou a proposta mais vantajosa na Concorrência Internacional nº 3/2010, no valor de R\$ 25.592.142,96. O derrocamento parcial das duas rochas, da cota de 12 para 16 metros, resultará em um volume de 33,36 mil metros cúbicos de pedras.

Completando o projeto de dragagem, a infraestrutura do Porto tem ainda como incremento a construção de mil metros de píeres, na Ilha do Barnabé e na Alemoa, além das obras de reforço de cais, visando à adequação à nova profundidade do canal. Para a realização desses serviços, a CODESP conta com a previsão de recursos no PAC 2 e com a iniciativa privada, que já entregou,

em 2010, o projeto executivo para o trecho entre os armazéns 12A e 23 (excetuando-se o cais do armazém 15) para que a Autoridade Portuária promova a licitação e contratação das obras, que envolverão o reforço de um total de 5 quilômetros de cais, entre Paquetá e Outeirinhos, no Saboó, na Ilha do Barnabé, Alemoa e Corredor de Exportação. A entrega dos demais projetos está prevista para o próximo ano.

Trata-se de uma parceria saudável, onde o Governo Federal investe no cais público e os arrendatários, usuários dessas instalações, preparam os projetos, antecipando, assim, o início dos trabalhos. A CODESP já protocolou em 2010 o pedido de licenciamento junto ao IBAMA, do trecho cujos projetos executivos já foram entregues.

Dentro do chamado PAC Copa 2014 estão previstos investimentos do Governo Federal no setor de infraestrutura por conta do evento. Para ampliar a capacidade de atracação de navios de passageiros, está prevista a construção de 1.280 metros de cais entre a curva do armazém 23 e o armazém 29, permitindo a atracação simultânea de 6 navios, somando mais 18 mil leitos à rede hoteleira da região. Consiste em um ganho muito expressivo para o Porto que, fora da temporada de cruzeiros, contará com nova instalação para atividade operacional. A CODESP já encaminhou pedido de licenciamento ambiental junto ao IBAMA, que dispensou o empreendimento de Licença Prévia. A obra tem estimativa de prazo de 30 meses.

Outro grande empreendimento é a construção de uma via interna de circulação entre o armazém 29 e o [viaduto da Santa](#), proposto para segregare e agilizar o trânsito de passageiros. Essa nova via, em conjunto com a Avenida Eduardo Guinle, compõem um complexo secundário de tráfego na região entre Paquetá e Macuco, independente da Avenida Perimetral, com extensão de 750 metros.

No início de 2011, com o viaduto da Santa, já em operação, completar-se-á a etapa de implantação do novo viário da Margem Direita, que se estende da Praça Barão do Rio Branco ao Canal 4, conectando-se, a partir daí, à Avenida Governador Mário Covas, ordenando e escoando o tráfego com maior agilidade, sendo, também concluída a ciclovia, com 3 metros de largura, entre o Canal 4 e a Rua João Pessoa, além da instalação de passeios em alguns trechos.

Com a entrada em operação do novo viaduto, a Avenida Eduardo Guinle terá tráfego em mão única, sentido Ponta da Praia, concentrando a saída dos terminais situados em seu entorno para o retorno ao sistema Anchieta-Imigrantes, através do viaduto da Santa, dotando o complexo da funcionalidade prevista para desafogar o trânsito na região.

Além do ganho em velocidade de escoamento do tráfego rodoviário, agora definitivamente segregado do ferroviário nesse trecho, o contorno de Outeirinhos teve remodelado um conjunto de 5 linhas férreas, em uma extensão de 1,5 mil metros de linhas que, transpondo sob os viadutos, permite a expansão da participação do modal ferroviário no transporte de açúcar até atingir 100% em 2 anos.



A CODESP iniciou a elaboração do projeto para a próxima etapa de obras da Perimetral da Margem Direita, no trecho entre a Alemoa e o Valongo, que deve ser concluída em 2011. Outra etapa do viário da Margem Direita será a implantação do chamado “mergulhão”, cuja licitação para contratação do projeto executivo está em andamento, na fase de avaliação de proposta técnica. A empresa vencedora terá prazo de 13 meses para conclusão. A seguir, será deflagrada licitação para as obras.

O “mergulhão” é a melhor alternativa para segregar o tráfego ferroviário do rodoviário naquele ponto, além de permitir a implantação de uma esplanada prevista no projeto de revitalização daquela área. A CODESP já promove estudos para implantação de pátio para caminhões na região, em área de 260.000 m², transferida da extinta Rede Ferroviária Federal. Outro projeto que a CODESP desenvolve é o de remodelação rodoferroviária do trecho entre o Canal 4 e a Ponta da Praia, prevendo implantação de viaduto para acesso aos terminais do Macuco à Ponta da Praia. Deve-se concluir o projeto em 2011, para licitação e contrato de execução das obras, com previsão de conclusão até 2013.

As obras do projeto viário para a Margem Esquerda também estão com licitação em curso, com expectativa de assinatura de contrato no início do próximo ano e cronograma de execução de 18 meses. Essas obras consistem em duas fases. A primeira envolve a construção de um corredor viário que se desenvolve em área do porto e outra pequena parte em área municipal, na Avenida Santos Dumont. Tem por objetivo segregar o tráfego urbano do tráfego portuário. O traçado, com cerca de 2,5 km de extensão, se desenvolve desde as instalações do Terminal de Contêineres da Santos Brasil até a Dow Química, com a implantação de 5 faixas de rolamento para o trânsito portuário, com 3,5 m cada, calçadas, canteiro central e iluminação pública, 2 viadutos visando eliminar conflitos com as linhas férreas existentes e remodelação da Avenida Santos Dumont com 4 faixas de rolamento para o trânsito urbano. A ligação entre a Rodovia Cônego Domênico Rangoni e a Avenida se dará, provisoriamente, pela Rua Idalino Piñez (Rua do Adubo), que terá seu pavimento melhorado, até que se conclua o projeto para a segunda fase que eliminará, então, essa conexão.

MEIO AMBIENTE

A atuação da CODESP não se restringe somente a obras e resultados operacionais. A preocupação com a sociedade faz parte do cotidiano da empresa, que vem investindo, fortemente, em diversos programas e ações capazes de melhorar a qualidade de vida da região. Entre eles estão os programas ambientais da dragagem de aprofundamento e das avenidas perimetrais das margens direita e esquerda.

Para viabilizar a dragagem de aprofundamento a CODESP vem desenvolvendo o Plano Básico Ambiental (PBA), que envolve 24 programas de monitoramento, objetivando acompanhar as atividades de dragagem. Esse monitoramento e outras ações desenvolvidas dentro do PBA têm sido importantes para a adequação social e ambiental da obra e para atender as orientações do órgão ambiental. Os programas envolveram recursos do Tesouro da ordem de R\$ 12,3 milhões, em 2010.


Para aprofundamento dos berços de atracação e manutenção dessas profundidades foram realizados cálculos dos volumes a serem dragados e feitas coletas de 70 amostras nos berços do Saboó, naqueles situados entre os armazéns 12A ao 23, da Curva do 23 ao Cais da Marinha, bem como nos berços 3 e 4 do TECON e do TGG/TERMAG. As amostras se encontram em laboratório, para realização de caracterização físico-química e ensaios de toxicidade. A previsão para 2011 é efetuar a caracterização físico-química e biológica de 474 amostras dos berços restantes, para encaminhamento dos resultados ao IBAMA, objetivando a obtenção da Licença de Instalação (LI) para o empreendimento.

Com relação à remoção dos destroços restantes do navio Ais Giorgis, naufragado em 1974, foi protocolado em julho, na CETESB, o diagnóstico ambiental e a proposta de metodologia de remoção dos destroços, visando obter autorização para contratação dos serviços. A expectativa é realizá-los no próximo ano.

Quanto às obras da Avenida Perimetral da Margem Direita, em 2010 foram protocolados no IBAMA o 6º e 7º relatórios semestrais de atividades do gerenciamento ambiental da obra. Os trabalhos de monitoramento desse empreendimento envolvem 11 programas que controlam desde emissões atmosféricas e de ruídos, até erosões, produção de sedimentos e efluentes, educação ambiental, entre outros.

No que se refere à Avenida Perimetral da Margem Esquerda, em 2010 foi requerida ao IBAMA a renovação da LI, decorrente das reavaliações promovidas no projeto inicial, a pedido da Prefeitura de Guarujá. Está prevista para 2011, juntamente com o início da obra, a implantação dos programas de monitoramento ambiental.

A CODESP iniciou, em setembro, o processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA, para a construção do realinhamento do cais na região dos armazéns 23 ao 27. Em outubro a empresa recebeu do órgão a dispensa da Licença Prévia (LP) e deverá remeter em 2011 o projeto executivo e o plano de controle ambiental da obra para obtenção da LI.



Para o reforço de cais e aprofundamento de berços no trecho entre os cais dos armazéns 12 e 23 para 15 metros, a área ambiental solicitou abertura de processo de licenciamento ambiental em novembro último. O projeto executivo desta obra já foi concluído e as coletas para análises físico-químicas e [ensaios de toxicidade \(à esquerda\)](#) já foram efetuadas e remetidas a laboratório. Está previsto para 2011, o encaminhamento ao IBAMA, para obtenção da LI, do projeto executivo, dos resultados laboratoriais e do Plano de Controle Ambiental dessas obras e daquelas previstas para os cais da Ilha do Barnabé, Libra Terminais, TEGLA, Saboó pontos 1 ao 3 e Corredor de Exportação.

No caso da passagem inferior na região do Valongo (“mergulhão”), em 2010 foi contratada empresa para desenvolver o Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural, envolvendo etapa de [prospecções arqueológicas \(à direita\)](#). A expectativa é concluir esses trabalhos em 2011, objetivando a liberação do início das obras do “mergulhão” junto ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional).

Com relação à regularização ambiental do Porto de Santos, que consiste na obtenção da Licença de Operação, a fim de adequá-lo à legislação ambiental vigente, a CODESP está elaborando o estudo ambiental, em conformidade com orientações do IBAMA. Esse estudo compreende a realização de diagnóstico ambiental da atividade portuária, bem como dos ecossistemas existentes na região da faixa do cais e avaliação dos principais impactos ambientais decorrentes da operação portuária. A empresa entregará esse estudo ao IBAMA até o final do primeiro semestre de 2011.



Desempenho Operacional

MOVIMENTO DO PORTO DE SANTOS POR CORRENTE

Em 2010, o Porto de Santos estabeleceu um novo recorde de movimentação de cargas, ao registrar um movimento superior a 96 milhões de toneladas.

Esse resultado, além de representar um incremento de 15,4% em relação ao verificado em 2009, consolidou a recuperação do crescimento da movimentação do Porto de Santos, desacelerado em função da crise financeira mundial, que teve início no segundo semestre de 2008.

A recuperação da economia brasileira frente à crise fez com que o Real se fortalecesse em relação às principais moedas estrangeiras, aumentando o volume das importações e diminuindo o fôlego das exportações brasileiras. Mesmo assim, os embarques no Porto de Santos tiveram um acréscimo de 8,1%, obtendo uma movimentação de 64,2 milhões de toneladas, enquanto as importações apresentaram um forte incremento de 33,5%, com uma movimentação de 31,9 milhões de toneladas.

Para 2011, as estimativas são de crescimento, porém, a um ritmo menos intenso que o verificado em 2010. A expectativa de movimentação de cargas para 2011 é de 101,5 milhões de toneladas, com incremento de 5,7% em relação a 2010.

PARTICIPAÇÃO % DAS CORRENTES
NO MOVIMENTO DO PORTO DE SANTOS



CORRENTE	em t mil							
	2007	Δ %	2008	Δ %	2009	Δ %	2010	Δ %
Exportação	53.844	3,1	53.164	(1,3)	59.335	11,6	64.166	8,1
Importação	26.932	12,0	27.894	3,6	23.859	(14,5)	31.859	33,5
TOTAL	80.776	5,9	81.058	0,3	83.194	2,6	96.025	15,4

COMÉRCIO EXTERIOR

DESTINO DAS EXPORTAÇÕES EFETUADAS PELO PORTO DE SANTOS											
PAÍSES	2007		2008			2009			2010		
	t	PART.%	t	PART.%	Δ% S/2007	t	PART.%	Δ% S/2008	t	PART.%	Δ% S/2009
DESENVOLVIDOS											
Holanda	4.512.648	9,8	3.830.658	8,3	(15,1)	3.532.828	6,8	(7,8)	3.594.177	6,5	1,7
Estados Unidos	3.600.718	7,8	3.418.258	7,4	(5,1)	2.281.551	4,4	(33,3)	2.329.743	4,2	2,1
Belgica	1.608.771	3,5	1.755.438	3,8	9,1	1.657.422	3,2	(5,6)	1.386.838	2,5	(16,3)
Espanha	1.369.412	3,0	1.599.096	3,4	16,8	761.376	1,5	(52,4)	1.284.729	2,3	68,7
Taiwan	96.604	0,2	264.761	0,6	174,1	726.527	1,4	174,4	1.031.005	1,9	41,9
Outros 31 países	7.527.166	16,4	6.600.537	14,2	(12,3)	6.459.374	12,5	(2,1)	6.552.775	11,8	1,4
SUB-TOTAL	18.715.319	40,7	17.468.748	37,7	(6,7)	15.419.078	29,8	(11,7)	16.179.267	29,2	4,9
EM DESENVOLVIMENTO											
China	3.393.083	7,4	5.472.890	11,8	61,3	7.472.806	14,4	36,5	8.411.882	15,1	12,6
Irã	1.510.290	3,3	1.032.876	2,2	(31,6)	1.646.289	3,2	59,4	2.584.317	4,6	57,0
Arábia Saudita	1.276.287	2,8	1.822.684	3,9	42,8	1.836.002	3,5	0,7	2.158.208	3,9	17,5
Rússia	2.884.980	6,3	2.447.199	5,3	(15,2)	1.526.227	2,9	(37,6)	1.877.896	3,4	23,0
Indonésia	344.752	0,7	235.699	0,5	(31,6)	875.030	1,7	271,2	1.774.916	3,2	102,8
Outros 185 países	16.158.877	35,2	16.056.883	34,6	(0,6)	21.179.336	40,9	31,9	20.514.575	37,0	(3,1)
SUB-TOTAL	25.568.269	55,7	27.068.231	58,4	5,9	34.535.689	66,7	27,6	37.321.794	67,2	8,1
OUTROS	1.667.680	3,6	1.832.459	3,9	9,9	1.842.513	3,5	0,5	2.008.911	3,6	9,0
TOTAL EXPORTADO PELO PORTO DE SANTOS	45.951.268	100,0	46.369.438	100,0	0,9	51.797.281	100,0	11,7	55.509.972	100,0	7,2

Fonte: Sistema Alice do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC (não considera a cabotagem nem a tara dos contêineres)

Devido ao fraco desempenho econômico dos países desenvolvidos em 2009 e 2010, verificou-se uma contínua diminuição da sua participação nas exportações realizadas a partir do Porto de Santos. Em 2007, esses países respondiam por 40,7% dos embarques

no complexo portuário. Esse percentual foi reduzido para 37,7% em 2008 e para 29,8% em 2009. Em 2010, apesar do aumento de 4,9% no volume de movimentação, atingindo a marca de 16,2 milhões de toneladas, a participação dos países desenvolvidos diminuiu para 29,2% em relação a 2009.

Dentre os países desenvolvidos destaca-se a Holanda, que se manteve como o destino com maior movimentação, recebendo 3,6 milhões de toneladas (aumento de 1,7% em relação a 2009) e a Espanha, com um acréscimo de 68,7% no volume de cargas, totalizando 1,3 milhão de toneladas.

Nos últimos anos, os embarques de cargas para os países em desenvolvimento apresentaram aumentos sucessivos, partindo de 25,6 milhões de toneladas em 2007 para 34,5 milhões de toneladas em 2009, chegando a 37,3 milhões de toneladas em 2010 (incremento de 8,1%). A participação desses países também apresentou um aumento expressivo, passando de 55,7% em 2007, para 67,2%, em 2010.

Os países em desenvolvimento que mais se destacaram com relação ao volume de exportações realizadas pelo Porto de Santos no ano de 2010 foram a China, que se manteve com a maior movimentação, registrando 8,4 milhões de toneladas, o que corresponde a um aumento de 12,6% em relação a 2009; o Irã, que saiu da terceira posição em 2009 para a segunda posição em 2010, recebendo um total de 2,6 milhões de toneladas (aumento de 57 % em relação a 2009); e a Indonésia, que apresentou um incremento de 102,8%, em relação a 2009, registrando 1,8 milhão de toneladas recebidas do porto santista.

O aumento da atividade econômica em 2010 e a queda do dólar contribuíram de forma relevante para o aumento das importações nacionais. As importações aumentaram 34,7% em relação a 2009, chegando a 23,7 milhões de toneladas, recuperando a redução de 15,4% ocorrida em 2009.

Os países desenvolvidos continuaram a responder por pouco mais da metade desse movimento, atingindo a marca de 51,9%. Dentre os cinco países desenvolvidos que mais se destacaram em volume de descargas, os Estados Unidos continuaram como o país de origem do maior volume de importações, com 5,4 milhões de toneladas, seguido da Alemanha, com 1,2 milhão de toneladas. Note-se que, com exceção dos Estados Unidos e da Espanha, os demais países apresentaram queda na movimentação em 2009. Em 2010, todos recuperaram a movimentação perdida, apresentando forte crescimento em relação a 2009.

Os países em desenvolvimento responderam, em 2010, por 47,8% das descargas no Porto de Santos, totalizando uma movimentação de 11,3 milhões de toneladas. A China se manteve como o país de origem com maior tonagem de carga importada, alcançando 2 milhões de toneladas. Esse valor supera em 40,5% o movimento de 2009, quando as importações da China reduziram-se em 9,6%. Em segundo lugar aparece a Argentina, com 1,6 milhão de toneladas, e em seguida, a Rússia, com 1,2 milhão de toneladas.

ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES EFETUADAS PELO PORTO DE SANTOS											
PAÍSES	2007		2008			2009			2010		
	t	PART. %	t	PART. %	Δ% S/2007	t	PART. %	Δ% S/2008	t	PART. %	Δ% S/2009
DESENVOLVIDOS											
Estados Unidos	3.764.856	19,6	4.044.146	19,4	7,4	4.251.740	24,2	5,1	5.408.146	22,8	27,2
Alemanha	939.055	4,9	1.215.721	5,9	29,5	818.828	4,7	(32,6)	1.155.999	4,9	41,2
Canadá	1.892.413	9,9	2.129.763	10,3	12,5	726.892	4,1	(65,9)	922.172	3,9	26,9
Austrália	904.060	4,7	884.561	4,3	(2,2)	421.386	2,4	(52,4)	779.375	3,3	85,0
Espanha	327.162	1,7	370.168	1,8	13,1	446.289	13,0	20,6	568.242	2,4	27,3
Outros 31 países	2.255.956	11,7	2.945.134	14,1	30,5	2.281.640	13,0	(22,5)	3.448.496	14,6	51,1
SUB-TOTAL	10.083.502	52,5	11.589.493	55,8	14,9	8.946.775	50,9	(22,8)	12.282.430	51,9	37,3
EM DESENVOLVIMENTO											
China	1.607.093	8,4	1.610.972	7,8	0,2	1.456.721	8,3	(9,6)	2.047.018	8,7	40,5
Argentina	2.106.551	11,0	1.457.733	7,0	(30,8)	1.660.825	9,4	13,9	1.563.469	6,6	(5,9)
Rússia	1.259.038	6,6	1.158.400	5,6	(8,0)	1.121.310	6,4	(3,2)	1.234.174	5,2	10,1
Chile	350.698	1,8	580.554	2,8	65,5	545.362	3,1	(6,1)	759.002	3,2	39,2
Venezuela	548.148	2,9	535.030	2,6	(2,4)	436.930	2,5	(18,3)	579.801	2,4	32,7
Outros 172 países	3.244.232	16,8	3.832.513	18,4	18,1	3.251.272	18,5	(15,2)	5.130.268	21,7	57,8
SUB-TOTAL	9.115.760	47,5	9.175.202	44,2	0,7	8.472.420	48,2	(7,7)	11.313.732	47,8	33,5
OUTROS	3.205	0,0	3.560	0,0	11,1	159.663	0,9	4385,1	76.932	0,3	(51,8)
TOTAL IMPORTADO PELO PORTO DE SANTOS	19.202.467	100,0	20.768.255	100,0	8,2	17.578.858	100,0	(15,4)	23.673.094	100,0	34,7

Fonte: Sistema Alice do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDC (não considera a cabotagem nem a tara dos contêineres)

BALANÇA COMERCIAL

Em 2010 a participação financeira do Porto de Santos na Balança Comercial brasileira manteve-se na média dos últimos três anos, ficando com 25% de todo o volume financeiro. Apesar disso, o valor movimentado em 2010 foi 29,5% maior do que o realizado em 2009, atingindo US\$ 95,8 bilhões.

Essa participação, nas exportações brasileiras chegou a 24,8% (US\$ 50,1 bilhões), contra 26,7% em 2009. Já nas importações foi de 25,2% (US\$ 45,7 bilhões), contra 26% em 2009.

PORTOS	2007		2008		2009		2010		Δ % 2010/2009
	US\$ bi	Part.%	US\$ bi	Part.%	US\$ bi	Part.%	US\$ bi	Part.%	
Santos	71,5	25,4	91,7	24,7	74,0	26,4	95,8	25,0	29,5
Vitória	20,6	7,3	28,9	7,8	19,6	7,0	33,1	8,6	68,0
Itaguaí	14,0	5,0	19,7	5,3	15,5	5,5	25,1	6,5	61,9
Paranaguá	18,0	6,4	24,0	6,5	19,2	6,8	24,4	6,4	26,4
Rio de Janeiro	13,0	4,6	17,3	4,7	12,6	4,5	16,3	4,3	29,4
Rio Grande	13,7	4,9	17,5	4,7	14,0	5,0	15,8	4,1	12,1
São Luis	8,2	2,9	13,1	3,5	8,3	3,0	15,6	4,1	94,0
Itajaí	8,9	3,2	11,3	3,0	7,9	2,8	14,1	3,7	79,5
Manaus	4,9	1,7	7,3	2,0	5,1	1,8	7,6	2,0	52,0
São Francisco	5,8	2,1	8,8	2,4	6,1	2,2	7,3	1,9	32,8
Outros Portos e Aeroportos	102,7	36,5	131,4	35,4	98,3	35,0	128,4	33,5	29,5
BRASIL	281,3	100,0	371,0	100,0	280,6	100,0	383,5	100,0	36,7

Fonte: Sistema Alice (MDIC)

MOVIMENTO DO PORTO POR NATUREZA DA CARGA

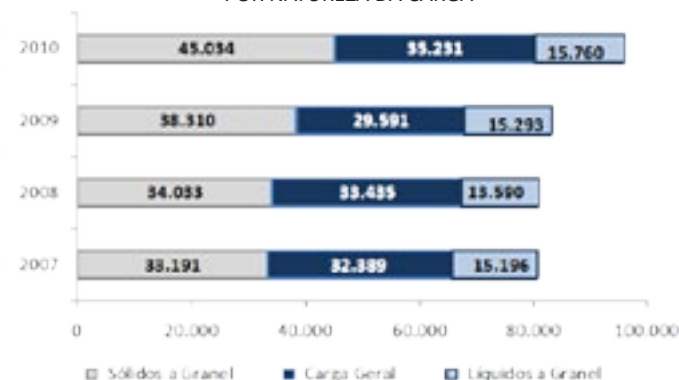
Em 2010, a movimentação de carga geral no Porto de Santos foi recorde histórico, com 35,2 milhões de toneladas, registrando um incremento de 19,1% em relação a 2009.

Esse acréscimo decorreu da recuperação na movimentação de contêineres que totalizou 1.762.205 unidades, com aumento de 19,8% em relação ao ano anterior. Esse resultado caracterizou-se como novo recorde de movimentação de contêineres.

Os sólidos a granel também apresentaram forte incremento com 45 milhões de toneladas movimentadas, ficando 17,6% acima do ano anterior. Contribuíram para essa marca o acréscimo verificado nas exportações de açúcar e milho. Com isso, os granéis ampliaram em 0,9% sua participação na movimentação do complexo santista, representando 46,9% do total.

Já os líquidos a granel registraram um pequeno aumento de 3%. Com 15,8 milhões de toneladas movimentadas esse segmento teve a sua participação reduzida em dois pontos percentuais, ficando com 16,4% da movimentação do porto. A diminuição na participação dos líquidos a granel está relacionada com a recuperação da movimentação das cargas gerais, que haviam sofrido uma forte redução em 2009.

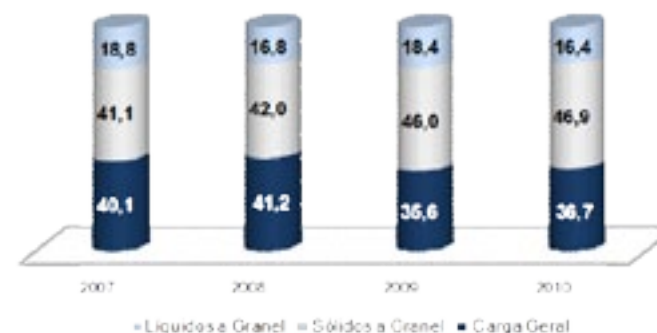
PARTICIPAÇÃO NA MOVIMENTAÇÃO POR NATUREZA DA CARGA



Quantidade de Contêineres Movimentados no Porto de Santos em unidades:


Ano	Longo Curso	Δ %	Cabotagem	Δ %	Total	Δ %
2007	1.489.503	2,5	165.210	9,3	1.654.713	3,2
2008	1.580.113	6,1	163.299	(1,2)	1.743.412	5,4
2009	1.328.720	(15,9)	142.647	(12,8)	1.471.367	(15,6)
2010	1.612.876	21,4	149.329	4,7	1.762.205	19,8

PARTICIPAÇÃO NA MOVIMENTAÇÃO POR NATUREZA DA CARGA



PRINCIPAIS CARGAS MOVIMENTADAS

Principais Cargas	2007	2008	2009	2010	em t mil
					Δ % 2010/2009
Outras Cargas Containerizadas	24.829	24.086	21.980	25.462	15,8
- Total das cargas containerizadas	27.387	29.422	25.006	29.923	19,7
(-) Açúcar em contêineres	1.018	1.621	1.530	2.249	47,0
(-) Milho em contêineres	-	937	53	26	(50,3)
(-) Prod. Siderúrgicos em contêineres	1.346	1.761	1.312	2.026	54,4
(-) Suco Cítrico em contêineres	194	1.017	131	159	21,2
Açúcar	13.236	13.009	16.908	19.452	15,0
- Em contêineres	1.018	1.621	1.530	2.249	47,0
- Em sacas	1.632	1.187	1.475	1.005	(31,9)
- A granel	10.586	10.201	13.904	16.199	16,5
Soja	7.360	10.102	10.635	9.754	(8,3)
- Soja em Grãos	5.318	8.404	8.665	8.371	(3,4)
- Soja pelletizada	2.042	1.698	1.970	1.383	(29,8)
Milho	2.973	3.270	3.550	5.558	56,6
- Em contêineres	-	937	53	26	(50,3)
- A granel	2.973	2.333	3.497	5.532	58,2
Carvão	3.367	3.455	2.688	3.928	46,1
Produtos Siderúrgicos	2.959	2.760	2.582	3.492	35,2
- Em contêineres	1.346	1.761	1.312	2.026	54,4
- Não containerizados	1.613	999	1.270	1.466	15,5
Adubo	3.321	3.529	2.516	2.261	(10,1)
Óleo Combustível	2.455	1.262	2.258	2.033	(9,9)
Sucos Cítricos	1.952	2.783	1.925	1.964	2,0
- Em contêineres	194	1.017	131	159	21,2
- A granel	1.758	1.766	1.794	1.805	0,6
Enxofre	2.009	1.996	1.414	1.852	31,0
Óleo Diesel	1.931	1.436	1.686	1.662	(1,4)
Trigo	1.618	1.340	1.242	1.527	23,0
Gasolina	954	911	1.357	1.425	5,0
Álcool	2.010	2.876	2.071	1.257	(39,3)
Café em Grãos	900	959	1.099	1.193	8,6
Sal	804	737	962	981	2,0
Farelo de Arroz	6	448	548	916	67,1
Soda Cáustica	988	988	767	836	9,0
Carnes	771	893	691	699	1,1
Sub-Total	74.442	76.841	76.879	86.253	12,2
Participação %	92,2	94,8	92,4	89,8	(2,8)
Demais Cargas	6.334	4.218	6.315	9.772	54,7
Total do Porto	80.776	81.058	83.194	96.025	15,4



As três principais cargas movimentadas foram o açúcar, a soja e o milho, totalizando 34,8 milhões de toneladas, ou 36,2% do total.

AÇÚCAR

Entre as cargas movimentadas, o açúcar apresentou o maior volume, totalizando 19,5 milhões de toneladas, 15% acima do valor atingido em 2009. Com isso, a *commodity* se mantém como principal produto escoado pelo complexo portuário santista, respondendo por 20,3% da movimentação do porto. O açúcar vem apresentando aumento nos embarques efetuados em contêineres, com redução dos volumes acondicionados em sacas.

SOJA

O complexo soja (soja em grãos + soja peletizada) obteve uma redução de 8,3%, saindo de 10,6 milhões t em 2009 para 9,8 milhões de toneladas em 2010. Apesar dessa redução, a soja continua sendo a segunda mercadoria mais movimentada. A soja em grãos apresentou redução de 3,4%, totalizando 8,4 milhões de toneladas. A soja peletizada teve queda na movimentação de 29,8%, totalizando 1,3 milhão de toneladas.

MILHO

O milho foi o terceiro produto mais movimentado e obteve um total de 5,6 milhões de toneladas, um forte crescimento de 56,6% em relação a 2009.

MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS

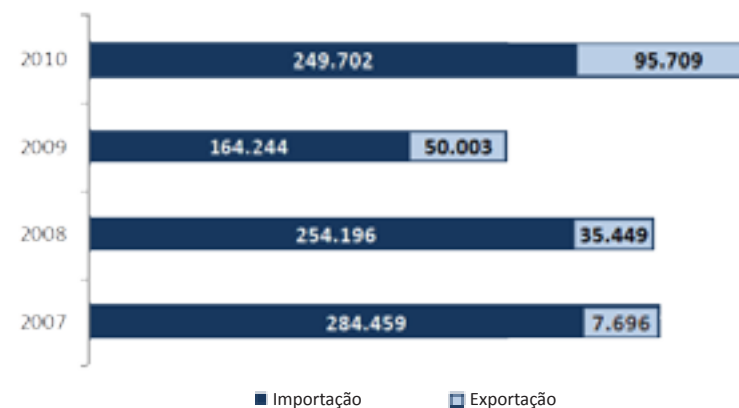
A movimentação de veículos apresentou forte recuperação, crescendo 61,2% em relação a 2009.

A redução do câmbio e o aquecimento da economia interna fizeram saltar as importações de veículos, passando de 50.003 em 2009 para 95.709 unidades em 2010, representando um aumento de 91,4%.

A quantidade de veículos exportados também teve bom desempenho, voltando aos patamares de 2008, após a forte queda em 2009. Em 2010, foram exportados 249.244 veículos, um aumento de 52% em relação a 2009.

ANO	2007	2008	2009	2010	em unidades	
					Part.% em 2010	Δ % 2009/2010
Exportação	284.459	254.196	164.244	249.702	72,3	52,0
Importação	7.696	35.449	50.003	95.709	27,7	91,4
TOTAL	292.155	289.645	214.247	345.411	100,0	61,2

QUANTIDADE DE VEÍCULOS MOVIMENTADOS



QUANTIDADE DE VEÍCULOS MOVIMENTADOS POR CORRENTE (EM %)





MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS

Em 2010 embarcaram 465.124 passageiros, representando um acréscimo de 17% em relação a 2009. Esse aumento é decorrente do bom momento da economia brasileira com emprego e renda em alta e o câmbio favorável.

ANO	QUANTIDADE	Δ %
2007	251.180	40,8
2008	279.559	11,3
2009	397.469	42,2
2010	465.124	17,0



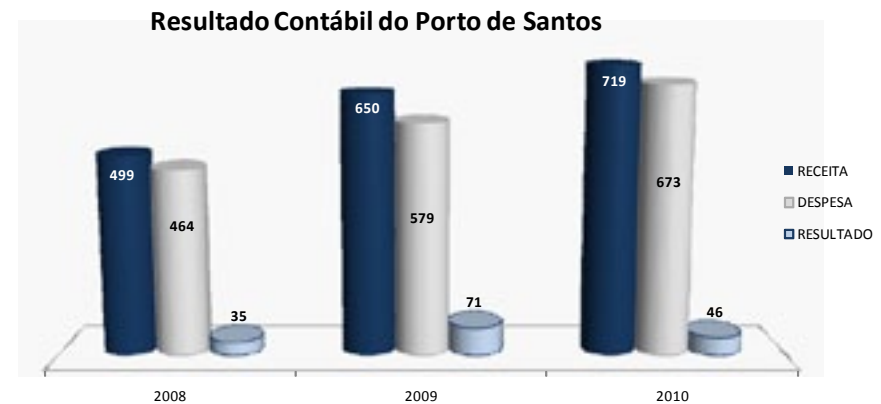


Resultado de Balanço

O Balanço da CODESP apresentou lucro contábil de R\$ 44,5 milhões, sendo lucro de R\$ 46,4 milhões no Porto de Santos, e prejuízo de R\$ 1,9 milhão no Porto de Laguna – APL/SC (conveniado).

Na “Receita” destacam-se a “Tarifária” com um aumento de 12,9% em relação a 2009 devido principalmente ao crescimento de 15,4% na movimentação de cargas; e as “Financeiras e Outras”, no montante de R\$ 104,2 milhões, decorrente principalmente de acordo com o DNIT, feito na Câmara de Conciliação da AGU, referente a ressarcimento de quantias enviadas aos Portos conveniados de Laguna e Estrela (R\$ 10,7 milhões), da reversão da dívida com o PORTUS referente aos assistidos (R\$ 38,5 milhões) e da reversão de provisões cíveis, trabalhistas e tributárias (R\$ 18,5 milhões).

Na “Despesa” destacam-se o Programa de Incentivo ao Desligamento – PIDV (R\$ 50,2 milhões) e as “Financeiras e Outras”, no total de R\$ 209,1 milhões, decorrente principalmente do registro de provisões para contingências cíveis e trabalhistas (R\$ 60,7 milhões), e registro do valor de R\$ 106,0 milhões referente à parte de dívida junto ao PORTUS.



DESCRIÇÃO	Em R\$ mil		
	2008	2009	2010
PORTO DE SANTOS			
A - RECEITA LÍQUIDA	498.788	650.387	719.156
RECEITA BRUTA	563.724	723.682	798.314
Tarifária	323.420	339.813	383.985
Patrimonial	234.650	301.674	310.101
Financeira e Outras	5.654	82.195	104.228
(-) Impostos	(64.936)	(73.295)	(79.158)
B - DESPESA	464.227	579.059	672.781
Pessoal e Encargos Sociais	143.533	172.631	194.576
Desligamento Incentivado	-	-	50.201
Serviços de Terceiros	122.560	137.003	127.238
Financeiras e Outras (Atualização de Débitos)	103.437	196.467	209.151
Outras (Material, Enc. Diversos, Deprec., etc.)	72.843	51.342	64.988
Imposto de Renda e Contribuição Social	21.854	21.616	26.627
C - RESULTADO CONTÁBIL - PORTO DE SANTOS	34.561	71.328	46.375
D - RESULTADO CONTÁBIL - CONVENIADOS	(1.153)	(1.588)	(1.879)
E - RESULTADO CONTÁBIL FINAL (C - D)	33.408	69.740	44.496

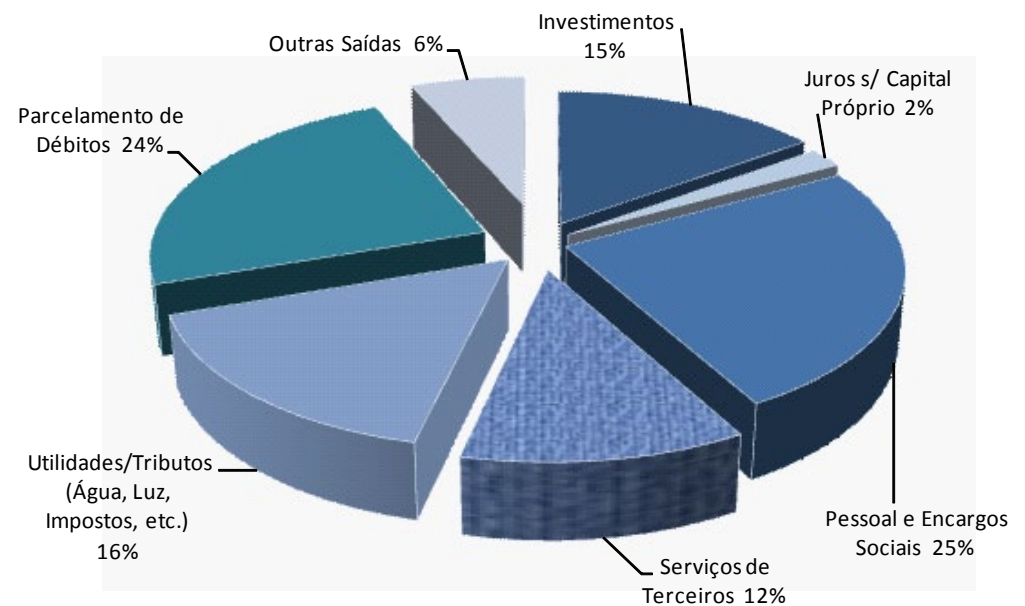
Resultado Financeiro

O saldo do Fluxo de Caixa do Porto de Santos de R\$ 457,0 milhões, em 31/12/2010, foi superior em R\$ 282,3 milhões, em relação a 31/12/2009. Desse saldo, R\$ 324,5 milhões encontram-se aplicados.

Nas “Entradas” destaca-se o aumento da arrecadação, decorrente do recebimento de oportunidade de negócio de novos arrendamentos (R\$ 325,5 milhões), e do acordo com a Usiminas (R\$ 134,7 milhões).

Nas “Saídas” destacam-se o pagamento com parcelamento de débitos (R\$ 210,7 milhões). Em 2010, esses parcelamentos comprometeram 21,3% da arrecadação de R\$ 990,8 milhões.

DETALHAMENTO DAS SAÍDAS - 2010



Em R\$ mil

FLUXO DE CAIXA - PORTO DE SANTOS	2008	2009	2010
A - SALDO INICIAL	19.641	17.033	174.719
B - ENTRADAS	615.383	892.597	1.165.394
Arrecadação da Tesouraria	478.131	666.395	990.847
Outras Entradas	82.153	103.169	97.333
Outros Recursos (Tesouro)	55.099	123.033	77.214
C - SAÍDAS	617.991	734.911	883.162
Investimentos	54.037	61.987	132.240
Juros s/ Capital Próprio	-	5.919	17.447
Pessoal e Encargos Sociais	161.396	185.121	220.486
Serviços de Terceiros	95.600	120.231	103.116
Utilidades/Tributos (Água, Luz, Impostos, etc.)	109.909	92.050	142.043
Parcelamento de Débitos	110.316	155.424	210.726
Outras Saídas	86.733	114.179	57.104
D - SALDO FINAL (A + B - C)	17.033	174.719	456.951

Programa de Dispêndios Globais (PDG)

O limite do PDG/2010 foi estabelecido pelo Decreto nº 6.997 de 04/11/2009 e alterado pelos Decretos nºs 7.180 de 20/05/2010 e 7.417 de 30/12/2010, e engloba o Porto de Santos e o Porto de Laguna – APL/SC (conveniada).

Nas variações entre o "Limite" e o "Realizado", destaca-se o "Dispêndio de Capital", com uma variação a menor de 50,1%, devida principalmente à não realização de investimentos no nível previsto, decorrente de licitações em andamento, os quais deverão ser executados em 2011.

DESCRIÇÃO	LIMITE A	REALIZADO B	Em R\$ mil VARIÇÃO	
			ABSOLUTA C = B - A	% D = C/A*100
			RECURSOS	869.061
Receita Operacional Bruta	697.845	796.174	98.329	14,1
Tesouro Nacional	171.216	72.110	(99.106)	(57,9)
DISPÊNDIOS	1.032.960	860.295	(172.665)	(16,7)
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	289.370	144.455	(144.915)	(50,1)
Amortizações	1.975	2.025	50	2,5
Dividendos /JCP	18.200	10.600	(7.600)	(41,8)
Investimentos	269.195	131.830	(137.365)	(51,0)
Recursos do Tesouro	213.998	82.154	(131.844)	(61,6)
Recursos Próprios	55.197	49.676	(5.521)	(10,0)
DISPÊNDIOS CORRENTES	743.590	715.840	(27.750)	(3,7)
Pessoal	241.534	239.057	(2.477)	(1,0)
Materiais e Produtos	7.138	6.533	(605)	(8,5)
Serviços de Terceiros	149.217	123.582	(25.635)	(17,2)
Tributos	102.777	106.364	3.587	3,5
Demais Dispêndios	242.924	240.304	(2.620)	(1,1)
RESULTADO	(163.899)	7.989	171.888	(104,9)

Investimentos

Com referência ao Orçamento de Investimento de 2010, cabe destacar que, do limite total de R\$ 269,2 milhões, foram executados 51% (R\$ 131,8 milhões). Desse total, R\$ 82,2 milhões foram efetivados com Recursos do Tesouro, sendo que 93,7% foram provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do qual foram aplicados R\$ 63,2 milhões (77%) na obra da Implantação da Avenida Perimetral Portuária na Margem Direita (Santos) e R\$ 12,3 milhões na Dragagem de Aprofundamento do Porto de Santos.

DESCRIÇÃO	LIMITE A	REPASSADO	EXECUTADO B	Em R\$ mil VARIÇÃO (%)	
				ABSOLUTA	%
				C=B-A	D=C/A*100
RECURSOS DO TESOURO	192.029	71.676	82.154	(109.875)	(57,2)
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	170.112	70.197	77.019	(93.093)	(54,7)
Implantação da Avenida Perimetral - Santos	65.151	45.900	63.244	(1.907)	(2,9)
Implantação da Avenida Perimetral - Guarujá	54.686	-	1.507	(53.179)	(97,2)
Dragagem de Aprofundamento	17.207	12.755	12.268	(4.939)	(28,7)
Derrocamento de Pedras	8.068	5.542	-	(8.068)	(100,0)
Alinhamento de Cais no Porto	15.000	-	-	(15.000)	(100,0)
Estudos e Proj. Infra-estrutura de Acessos Terrestres	10.000	6.000	-	(10.000)	(100,0)
OUTROS RECURSOS DO TESOURO	21.917	1.479	5.135	(16.782)	(76,6)
ISPS-CODE	8.960	1.479	4.993	(3.967)	(44,3)
Remoção de Destroços do Canal de Acesso	7.200	-	-	(7.200)	(100,0)
Adequação Sistema Energia Elétrica	5.000	-	-	(5.000)	(100,0)
Prevenção, Preparação, Enfrent. Pand. de Influenza	757	-	142	(615)	(81,2)
RECURSOS PRÓPRIOS	77.167	-	49.676	(27.491)	(35,6)
Implantação de Sistema de Água e Esgoto	6.967	-	6.967	-	-
Incorp. Ao Patrimônio. Obras da Margem Esquerda	45.500	-	41.231	(4.269)	(9,4)
Inst. Sistema Simulador de Operações Portuárias	2.600	-	-	(2.600)	(100,0)
Impl. Sistema Gerenc. de Tráfego de Embarc. (VTMIS)	15.000	-	-	(15.000)	(100,0)
Remoção de Destroços do Canal de Acesso	100	-	-	(100)	(100,0)
Manut. Adeq. Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equip.	4.000	-	1.156	(2.844)	(71,1)
Manut. Adeq. Ativos Informática, Informação e Teleproc.	3.000	-	322	(2.678)	(89,3)
TOTAL	269.196	71.676	131.830	(137.366)	(51,0)

Indicadores de Gestão

A Receita Bruta de 2010 (R\$ 796,2 milhões) apresentou um crescimento de 16,4% em relação a 2009 (R\$ 684,2 milhões), decorrente principalmente de apropriações relativas a: (i) acordo com o DNIT, na Câmara de Conciliação da AGU, referente a ressarcimento de quantias enviadas aos Portos conveniados de Laguna e Estrela (R\$ 10,7 milhões), (ii) reversão da dívida com o PORTUS referente aos assistidos (R\$ 38,5 milhões) e (iii) reversão de provisões cíveis e trabalhistas (R\$ 18,5 milhões).

Nos “Dispêndios Correntes” destaca-se o acréscimo de 42,6% em “Pessoal”, motivado principalmente pelo Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV (R\$ 50,2 milhões).

Os dispêndios com Investimentos, da ordem de R\$ 131,8 milhões, tiveram um acréscimo de 138,8% em relação a 2009 (R\$ 55,2 milhões), onde destacam-se o investimento de R\$ 63,2 milhões realizado com recursos do Tesouro na implantação da Avenida Perimetral Portuária na Margem Direita, bem como o investimento de R\$ 41,2 milhões com recursos próprios, relativo à incorporação ao patrimônio da CODESP de obras realizadas pela Santos Brasil na margem esquerda, conforme TPU nº 03.2003.

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	Em R\$ mil
				VARIAÇÃO (%)
Recurso Total	612.334	801.617	868.284	8,3
Receita Bruta	566.021	684.171	796.174	16,4
Recursos do Tesouro	46.313	117.446	72.110	(38,6)
Dispêndios Correntes	502.122	618.521	715.840	15,7
Pessoal	142.968	167.691	239.057	42,6
Serviços de Terceiros	113.466	135.057	123.582	(8,5)
Tributos	87.592	96.177	106.364	10,6
Demais	158.096	219.596	246.837	12,4
Dispêndios com Investimentos	61.181	55.198	131.830	138,8
Investim. com Recursos do Tesouro	49.137	40.898	82.154	100,9
Investim. com Recursos Próprios	12.044	14.300	49.676	247,4
Dispêndios Correntes / Recurso Total (%)	82,0	77,2	82,4	5,3
Pessoal / Recurso Total (%)	23,3	20,9	27,5	6,6
Investimentos / Recurso Total (%)	10,0	6,9	15,2	8,3

Recursos Humanos

A renovação do quadro de pessoal através das admissões de novos empregados aprovados no Concurso Público, realizado em maio, marcou a atuação da empresa no que se refere a gestão de pessoal.

Com as novas admissões o quadro de pessoal passou para 1.419 empregados, considerando o contingente das hidrovias e do Porto de Laguna. Desse total, 48,8% está na faixa etária compreendida entre 51 a 60 anos, e 90,9% é do sexo masculino.

De agosto a dezembro, 101 candidatos aprovados foram admitidos em cargos de nível fundamental, médio, técnico e superior. Em contrapartida, de outubro até o último dia do ano, 80 empregados que aderiram ao Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário foram desligados dos serviços da CODESP.

FAIXA	EMPREGADOS	%
ATÉ 30 ANOS	175	12,3
DE 31 A 40 ANOS	126	8,9
DE 41 A 50 ANOS	261	18,4
DE 51 A 60 ANOS	692	48,8
ACIMA DE 60 ANOS	165	11,6
TOTAL	1.419	100

ANO	HOMENS		MULHERES		TOTAL	VARIÇÃO ANTERIOR %
	QUANT	%	QUANT	%		
2007	1.255	93	95	7	1.350	-1,7
2008	1.298	92,3	109	7,8	1.407	4,2
2009	1.301	92,3	108	7,7	1.409	0,1
2010	1.290	90,9	129	9,1	1.419	0,7

RELAÇÕES DE TRABALHO

O Acordo Salarial firmado em 2009, por período de dois anos, estará vigente até 31/05/2011. Durante o ano de 2010 não houve qualquer alteração em relação aos salários praticados em junho de 2009, dado que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA não ultrapassou o percentual de 6,5%, estabelecido no aludido Acordo, como condição para reabertura de negociações.

RELAÇÕES HUMANAS

Ante a perspectiva de admissão de novos colaboradores, foram aprimorados os procedimentos do Programa de Integração à Empresa, que passou a ser realizado em cinco dias e contou com a participação de alguns empregados, que voluntariamente fizeram explicações sobre a CODESP, preparando essa nova geração para a recepção em seus locais de trabalho.

Durante a segunda etapa do Programa de Integração, denominada “*Rapport*”, esses empregados, além de responderem a questionários, discutiram vários assuntos referentes às atividades desenvolvidas e manifestaram opiniões variadas sobre o que sentiram nos dois primeiros meses de trabalho.

Os resultados obtidos durante a segunda fase do Programa de Integração, realizada 60 dias após a admissão, apresentam importantes informações que, depois de avaliadas e selecionadas, serão discutidas com o corpo gerencial da CODESP em projeto que deverá ser efetivado em 2011.



Atuando com Responsabilidade Social, a CODESP realizou as campanhas do Agasalho, com a arrecadação de 1.184 peças de roupas, entregues ao Fundo de Assistência Social (FAS) da Prefeitura Municipal de Santos; e de Arrecadação de Brinquedos, que contou com a participação de empregados de várias áreas, cujo resultado foi destinado às crianças carentes do município, através da FAS.

POLÍTICA DE MEDICINA E SAÚDE

Durante o ano de 2010 foram realizados 12.857 exames laboratoriais e 7.095 exames clínicos, radiológicos, ortho-rather e audiométricos. A CODESP, contribuindo para melhor qualidade de vida de seus recursos humanos, continuou desenvolvendo ações no campo de diagnóstico precoce de doenças, aumentando significativamente a probabilidade de cura, quando detectadas em sua fase inicial.

REPASSE AO FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - PORTUS

A CODESP recolhe, regularmente, as contribuições de sua responsabilidade e repassa integralmente os valores retidos de empregados participantes, bem como honra os compromissos assumidos em parcelamentos de débitos anteriores.

Por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU), desde outubro de 2008, a CODESP deixou de efetuar o recolhimento mensal relativo ao parcelamento da dívida referente à paridade com os assistidos, tendo sido estornado no Balanço o saldo dessa dívida no valor de R\$ 38,5 milhões, em dezembro de 2010.

DESCRIÇÃO	2008	2009 A	2010 B	Em R\$ mil VARIÇÃO	
				ABSOLUTA	%
				C=B-A	D=C/A*100
Contribuição da Empresa	12.039	11.240	12.003	763	6,8
<i>Ativos</i>	4.652	5.728	6.628	900	15,7
<i>Assistidos</i>	7.387	5.512	5.375	(137)	
Parcelamento de Dívidas	17.971	9.321	9.780	459	4,9
<i>Contribuições em atraso</i>	4.714	-	-	-	-
<i>Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA</i>	8.855	9.321	9.780	459	4,9
<i>Paridade com os Assistidos</i>	4.402	-	-	-	-
SUB-TOTAL	30.010	20.561	21.783	1.222	5,9
Contribuição dos Empregados	6.133	7.222	6.785	(437)	(6,1)
TOTAL	36.143	27.783	28.568	785	2,8

Planejamento para 2011

I. COMPLEXO CULTURAL

1. Desenvolver programa de ocupação das casas 2, 3 e 4 e Centro de Treinamento, para instalação definitiva de todos os setores do Complexo Cultural (Museu, Biblioteca, Videoteca, Hemeroteca, Pinacoteca, Administração, Pavilhão de Exposições e Centro Cultural);
2. Reformar, ampliar e restaurar as casas 1, 2, 3 e 4, Pinacoteca e Centro de Treinamento (futuro Pavilhão de Exposições, incluindo maquete interativa e setor de arqueologia); e
3. Dar continuidade ao Plano de Desenvolvimento, Etapas de Ocupação e Ações para abrigar as novas instalações administrativas, oficinas e serviços da CODESP, visando à concentração dos serviços administrativos e de apoio em uma única região.

II. SEGURANÇA PORTUÁRIA

1. Adquirir um Guincho Hiper Pesado para emprego em atividades de trânsito;
2. Adquirir embarcação para uso em atividades de policiamento marítimo do Porto Organizado;
3. Realizar Simpósio Nacional de Segurança Portuária;
4. Concluir o Convênio de Trânsito firmado com a CET-Santos e qualificar pessoal para exercício das atividades de fiscalização;
5. Ativar o patrulhamento com emprego de motocicletas;
6. Realizar convênio de Trânsito com a Polícia Rodoviária Federal;
7. Adquirir um caminhão Auto Bomba - ABT para a Brigada de Incêndio e reformas dos 2 ABT existentes;
8. Realizar reforma e adequação operacional nos *gates* do ISPS-CODE;
9. Realizar a reforma do Ginásio Inspetor Wagner Cardinal;

10. Reformar as instalações da base operacional da Margem Esquerda;
11. Construir uma base operacional da Guarda Portuária na Ilha do Barnabé; e
12. Promover gestões no sentido de incluir a Guarda Portuária como beneficiária do apoio material e financeiro ao Sistema de Segurança Pública Nacional, promovido pela SENASP.

III. OUVIDORIA

1. Realizar o 1º Seminário Nacional das Ouvidorias Portuárias.

IV. JURÍDICO

1. Concluir o cadastramento dos processos para a total implementação do sistema Themis e aperfeiçoamento do banco de dados do sistema.

V. CTP/CENEP

1. Adquirir e instalar equipamento de simulação de operações portuárias (Portêiner, MHC, RTG e *Reach Stacker*);
2. Desenvolver projeto de responsabilidade social voltado para a educação de base (níveis fundamental e médio);

3. Firmar convênio com a Capitania dos Portos de São Paulo/Marinha do Brasil, visando a aplicação de cursos para os trabalhadores portuários avulsos do Porto Organizado de Santos, beneficiários do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM) e inscritos no OGMO/Santos;
4. O CTP/CENEP promoverá ações para viabilizar convênio entre a Fundação CENEP-SANTOS com a Prefeitura Municipal de Santos, tendo como escopo o apoio à operacionalização administrativa e funcional da Fundação, com a cessão de servidores municipais e dotação mensal de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), de modo a garantir os objetivos determinados no Estatuto Social; e
5. O CTP/CENEP promoverá ações para viabilizar convênio com a Prefeitura Municipal de Santos, através da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de preparar, prioritariamente, os trabalhadores portuários (ensino fundamental).

VI. FINANCEIRO E PATRIMONIAL

1. Prosseguir na política de amortização constante dos passivos trabalhista, fiscal e cível;
2. Manter válidos os certificados de regularidade trabalhista/fiscal e previdenciário;
3. Distribuir dividendos aos acionistas e participação aos empregados oriundos de resultados positivos da empresa;
4. Efetuar o levantamento físico e avaliar todos os bens da CODESP e da União; e
5. Realizar, periodicamente, leilões de bens inservíveis e sucatas em geral.

VII. RECURSOS HUMANOS

1. Formalizar convênio com clínicas especializadas no tratamento de dependentes químicos;
2. Realizar Simpósio Portuário de Recursos Humanos;

3. Realizar Encontro Gerencial, para apresentação e discussão de projetos;
4. Manter a média anual de 12 horas de treinamento por empregado;
5. Estender complementação de aposentadoria aos empregados admitidos após junho de 1965;
6. Realizar concurso público para reposição de novas vagas;
7. Implementar novo Plano de Cargos e Salários (PCS);
8. Firmar Acordos Coletivos de Trabalho com os sindicatos representativos dos empregados, regularizando a concessão da prorrogação de licença maternidade (Lei N°11708/2008) e a inclusão dos ex-empregados com direito ao benefício da complementação da aposentadoria no Plano de Cargos e Salários (PCS);
9. Desenvolver Banco de Dados no Serviço de Medicina do Trabalho;
10. Realizar MBA em Gestão de Pessoas no Ambiente Portuário;
11. Realizar Campanhas de Vacinação; e
12. Desenvolver projeto de institucionalização da “marca” Porto de Santos, com apresentação de sugestões de uniformes a serem utilizados pelos empregados da CODESP.

VIII. MERCADO E NOVOS NEGÓCIOS

1. Implantar novo modelo de precificação da Tarifa do Porto de Santos;
2. Adequar a sistemática de apuração dos dados estatísticos para atender a ANTAQ;
3. Adotar política estratégica para a promoção e aproximação com os vários segmentos do setor de extração de Óleo e Gás na Bacia de Santos;
4. Atrair novos mercados para o Porto de Santos; e
5. Adequar os contratos de Arrendamento ao Decreto nº 6.620.

IX. GESTÃO DE CONTRATOS

1. Dar continuidade à digitalização dos processos de arrendamento e termos de permissão de uso;
2. Aprimorar as relações com os diversos arrendatários e permissionários, visando agilizar o trâmite de informações e dar maior fluidez na gestão contratual; e
3. Dar continuidade aos estudos para implantação de um banco de dados corporativo, tendo como base os resultados da atuação no cadastramento do PORTO SEM PAPEL.

X. TRÁFEGO E ATRACAÇÃO

1. Reativar o Sistema de Monitoramento a Laser para atracação de navios nos píeres 1 e 2 do Terminal da Alamoia, incluindo aperfeiçoamento da tecnologia e de novos processos gerenciais de controle;
2. Dar continuidade à implantação de ações relacionadas à otimização operacional e necessidade dos berços de atracação da Alamoia e Ilha do Barnabé; e
3. Concluir o processo de licitação para implantação do Vessel Traffic Management and Information System – VTMISS, com a consequente assinatura do contrato, cujo sistema tornará mais segura a espera de navios nas áreas de fundeio e mais eficiente a movimentação e atracação no porto.

XI. FISCALIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES E DE ÁREAS ARRENDADAS

1. Interligar o sistema Supervia Eletrônica de Dados (SED) com o projeto “Porto Sem Papel”;
2. Obter informações do sistema da Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários Alfandegados (ABTRA), referentes aos eventos de importação e exportação para conferência com o sistema Supervia Eletrônica de Dados (SED);
3. Implantar o Centro de Controle Logístico, para monitorar o trânsito e operações dos arrendatários visando maior fluidez no trânsito, para agilizar as operações portuárias;
4. Instalar sinalização de segurança nos locais de operação;
5. Interligar on-line as unidades de fiscalização das operações; e
6. Elaborar regras para a gestão do tráfego portuário.

XII. PLANEJAMENTO PORTUÁRIO

1. Desenvolver sistemas para acompanhamento das obras do PAC, pelo estabelecimento de cronograma e dos desenhos de processo e respectiva metodologia de medição;
2. Revisar o Sistema de Indicadores de Gestão;
3. Iniciar desenvolvimento da implantação do planejamento estratégico da empresa;
4. Desenvolver Convênio de Cooperação com a Secretaria do Patrimônio da União – SPU, objetivando a regularização dos terrenos e imóveis da União sob guarda e gestão da CODESP (Regularização fundiária);
5. Desenvolver sistema de informações sobre os contratos de arrendamentos no Porto de Santos, com base em sistema georreferenciado (Geoprocessamento);
6. Desenvolver estudo para um Plano de Fomento à Cabotagem no Brasil (contêineres), considerando ações específicas para sua implantação no Porto de Santos como principal pólo de movimentação da Cabotagem no Cone Sul;
7. Desenvolver estudo compreensivo sobre a navegabilidade do complexo estuarino da Região Metropolitana da Baixada Santista, o qual possui vocação e potencial para transportes de cargas, passageiros e turismo, a partir de estudo preliminar já realizado pela CODESP, bem como avaliar as áreas que podem ser utilizadas (Complexo Hidroviário do Porto de Santos);
8. Iniciar o processo licitatório para contratação e implantação do ERP (Enterprise Resource Planning), Sistema Integrado de Gestão Empresarial tendo por objetivo gerenciar e integrar processos e recursos internos, agilizar eficiência e garantir a institucionalização e segurança da informação, de forma a atender as áreas de Contabilidade, Custos, Fiscal, Orçamento, Patrimônio, Finanças, Suprimentos, Contratos de Arrendamento, Fiscalização das Operações, Estatística, execução de Obras, Faturamento, Administração de Pessoal, Gestão de Capital Humano, Saúde e Segurança no Trabalho e Sistema de Projetos;

9. Desenvolver estudo de pesquisa operacional do Plano Viário do Porto de Santos, dentro de uma visão mais holística, relativo ao trânsito interno do porto, em complementação ao estudo de acessibilidade já desenvolvido, com atenção mais proativa à gestão de fluxos e pátios de estacionamento ou manobra;
10. Avaliar os estudos de viabilidade para implantação de Zona de Apoio Logístico (ZAL), que estão sendo desenvolvidos por empresa de consultoria contratada pelo governo espanhol, sob a coordenação da SEP, na área continental de Santos;
11. Implantar internet por rede sem fio, interligando todas as localidades da CODESP; e
12. Publicar o Termo de Referência, iniciar e concluir o processo de licitação para implantação do Registro Eletrônico de Ponto (REP), com a instalação dos equipamentos necessários, assim como treinar adequadamente o pessoal ligado à operação, além dos demais funcionários da empresa.

XIII. EXPANSÃO DO PORTO

1. Concluir o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos - PDZPS, a partir da definição dos limites do Porto Organizado (Poligonal);
2. Desenvolver o Programa de Arrendamento de Áreas e Instalações Portuárias, conforme Resolução nº 55 da ANTAQ, e como resultado do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos – PDZPS;
3. Rever o Regulamento de Exploração do Porto de Santos, com o desenvolvimento de site próprio objetivando dar visibilidade ao documento e facilidade para interpretação e uso;
4. Avaliar os projetos desenvolvidos pela iniciativa privada para expansão do Porto de Santos, dentre os quais: Barnabé-Bagres e Prainha (ambos para movimentação de contêineres) e Conceiçãozinha (movimentação de grãos) e Área de Revitalização Portuária (Terminal de Passageiros); e
5. Avaliar o projeto para construção de dois píeres de atracação do Terminal de Granéis Líquidos da Alemoa, utilizando recursos financeiros previstos no PAC 2.

XIV. INFRAESTRUTURA E EXECUÇÃO DE OBRAS

1. Execução de Obras

- a. Concluir a Avenida Perimetral da Margem Direita, no trecho compreendido entre a Praça da Santa e o Canal 4;
- b. Contratar projeto executivo para construção da Avenida Perimetral da Margem Direita, trecho Alamoá/Saboó;
- c. Licitar e contratar projeto executivo da passagem inferior no Valongo (“mergulhão”);
- d. Construir a 1ª fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda;
- e. Contratar projeto executivo da 2ª fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda;
- f. Contratar projeto executivo para construção de Avenida Interna entre a Bacia do Macuco e a Ponta da Praia;
- g. Construir trecho de aproximadamente 850m de avenida, no Saboó, para maior fluidez do trânsito na região;
- h. Concluir projeto executivo do processo licitatório e início das obras para aprofundamento dos berços de atracação do trecho do Armazém 12A ao Armazém 23;
- i. Concluir projetos executivos para aprofundamento dos berços de atracação no cais do Saboó e entre os Armazéns 37 ao 39;
- j. Concluir projeto executivo para construção de dois píeres de atracação e ponte de acesso no Terminal da Alamoá (projeto doado pela ABTL) e início de processo licitatório;
- k. Concluir projeto executivo para as obras de reforço do Píer de Acostagem da Alamoá (projeto doado pela empresa Transpetro) e início do processo licitatório;
- l. Concluir projeto executivo para as obras de reforço dos berços de atracação da Ilha do Barnabé (projeto doado pela AGEO/COPAPE), e início do processo licitatório;
- m. Concluir projeto executivo para as obras de realinhamento do cais de Outeirinhos (Projeto doado pela empresa Concais), licitação e início das obras; e
- n. Concluir projeto executivo para construção da Avenida Interna de acesso ao Terminal de Passageiros e terminais de Outeirinhos (projeto doado pela empresa CONCAIS), e início do processo licitatório.

2. Dragagem e Serviços Marítimos

- a. Derrocar as pedras de Teffé e Itapema, cujo contrato para realização dos serviços foi assinado pela Secretaria de Portos – SEP;
- b. Iniciar processo licitatório para a contratação dos serviços de dragagem de manutenção e aprofundamento dos berços de atracação para um volume estimado de manutenção de 780.000 m³ e de aprofundamento de 260.000 m³;
- c. Iniciar processo licitatório para dar continuidade aos serviços de dragagem de manutenção e aprofundamento dos acessos aos berços de atracação, para um volume estimado de manutenção de 1.000.000 m³ e de aprofundamento de 510.000 m³;
- d. Readequar termo de referência e início do processo licitatório para remoção dos restos do casco do navio Ais Giorgis;
- e. Realizar serviços de inspeção de magnometria, a fim de detectar qualquer parte metálica no leito do canal de acesso, em virtude da remoção das dutovias;
- f. Dar continuidade aos serviços de manutenção da sinalização náutica instalada no canal de acesso ao Porto de Santos;
- g. Dar continuidade aos serviços de sondagem batimétrica dos berços de atracação e dos acessos aos berços de atracação do Porto de Santos;
- h. Contratar projeto executivo e construção de flutuante metálico de 9 x 6 x 1,60 metros, a ser instalado no cais do armazém 5 (travessia entre Santos e Ilha do Barnabé);
- i. Contratar serviços de manutenção das defensas marítimas instaladas nos cais do Porto de Santos (trecho do Corredor de Exportação até o Saboó, margens direita e esquerda); e
- j. Contratar serviços de recuperação das defensas marítimas instaladas nos píeres 1, 2, 3, 4 e barcaças do Terminal de Granéis Líquidos de Alamoá.

3. Melhoria dos Sistemas Elétricos

a. Usina Hidrelétrica de Itatinga

- Contratar melhorias técnicas e operacionais do sistema de geração da Usina;
- Concluir reforma dos veículos de transporte ferroviário da Usina.

b. Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

- Implantar nova modelagem comercial de fornecimento de energia elétrica proposta e consequente adequação técnica e financeira do contrato com a concessionária local (CPFL);
- Concluir projeto para a nova subestação de interligação do sistema elétrico da CODESP com a concessionária local (CPFL), para a garantia de atendimento ao acréscimo de demanda prevista;
- Implantar nova rede em 88 kV de interligação com a CPFL;
- Compatibilizar as tensões dos circuitos de distribuição da CODESP com a da CPFL. Aquisição de novos transformadores 44/13,2 kV, para maior confiabilidade e qualidade no atendimento.

c. Sistema de iluminação e baixa tensão em geral

- Concluir a melhoria do sistema de iluminação externa e sinalização das áreas comuns do porto, para o atendimento às remodelações do sistema viário em geral;
- Contratar serviços de manutenção do sistema de iluminação pública, sistema semafórico e instalações gerais em baixa tensão.

d. Sistema de Telefonia

- Implantar norma de procedimento proposta e análise tarifada, objetivando redução de despesas.

XV. MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA DO TRABALHO

1. Dragagem de Aprofundamento
 - a. Dar continuidade ao monitoramento ambiental; e
 - b. Realizar prospecção arqueológica das obras de dragagem nos berços de atracação e seus acessos.
2. Aprofundamento dos berços de atracação
 - a. Realizar a recharacterização das amostras coletadas dos sedimentos dos berços de atracação, e obtenção da Licença de Instalação (LI);
 - b. Obter LI para aprofundamento dos berços de atracação que não necessitem de reforço estrutural de cais; e
 - c. Obter LI para os seguintes berços: cais da Ilha do Barnabé, cais da Libra (37) e cais dos armazéns 38/39.
3. Avenidas Perimetrais
 - a. Dar continuidade aos programas ambientais na Avenida Perimetral da Margem Direita;
 - b. Implantar os programas ambientais exigidos pelo Ibama como condicionantes da Licença de Instalação para o início das obras na Avenida Perimetral da Margem Esquerda; e
 - c. Concluir o Estudo Ambiental e Arqueológico da passagem subterrânea inferior (“mergulhão”), no Valongo.
4. Obter a Licença de Operação (LO), visando a Regularização Ambiental do Porto de Santos;
5. Emergências Ambientais
 - a. Contratar empresa para atualizar Plano de Controle de Emergências - PCE, objetivando realizar treinamentos e simulados; e
 - b. Dar início ao processo licitatório para atualização do Plano de Emergência Individual - PEI e realização de simulados;

6. Elaborar termo de referência para a revisão do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
7. Passivos Ambientais
 - a. Contratar empresa para retirada dos dutos inoperantes no cais do Saboó;
 - b. Complementar a investigação ambiental da contaminação da área do Galpão “A” no Terminal de Granéis Líquidos da Alamoá; e
 - c. Elaborar termo de referência sobre os aspectos ambientais para a contratação dos serviços de retirada dos restos do navio Ais Giorgis.
8. Gripes Aviária e Suína (H1N1)
 - a. Realizar as adequações ao projeto executivo para implantação de autoclaves; e
 - b. Elaborar projeto executivo e posterior construção das instalações de tratamento de resíduos de taifa.
9. Promover lançamento do Livro Agenda Ambiental do Porto de Santos;
10. Vetores
 - a. Iniciar processo licitatório para contratação de empresa especializada visando a realização do plano de controle de pombos no porto de Santos; e
 - b. Contratar empresa para implantação do Plano de Controle de Roedores no Porto de Santos.
11. Contratar empresa especializada para a realização de auditoria ambiental nos termos da Resolução Conama 306, a partir da conclusão do estudo da regularização ambiental do Porto de Santos;
12. Realizar diagnóstico e plano de ação sobre o comércio informal de alimentos (Ambulantes); e
13. Realizar mutirão em conjunto com a Superintendência de Controle de Endemias (SUCEN) e Vigilâncias Sanitárias de Santos e Cubatão (VISA's) visando o combate da Dengue.

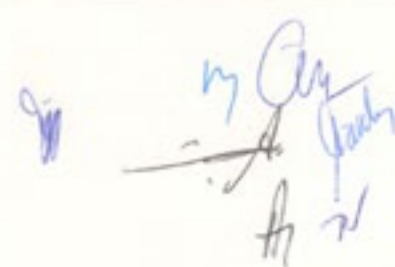
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
em milhares de reais

ATIVO	nota	2010	2009	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	nota	2010	2009
Circulante		509.212	363.455	Circulante		393.317	297.731
Caixa e bancos		132.507	174.719	Salários, provisões e encargos sociais	14	32.749	31.165
Aplicações financeiras	5	324.499	7.582	Fornecedores e prestadores de serviços		15.261	27.063
Contas a receber de clientes, líquidas	6	40.702	39.623	Impostos e contribuições a recolher	15	14.336	34.296
Renegociação de contas a receber	7	6.128	138.760	Programa de recuperação fiscal	16	32.684	31.612
Estoques		790	929	Débitos trabalhistas parcelados		31.503	38.004
Créditos tributários	8	2.898	147	Empréstimos e financiamentos	17	2.113	1.956
Despesas pagas antecipadamente	9	1.306	1.354	Plano de pensão	19	115.676	15.881
Outros créditos		382	341	Juros sobre capital próprio a pagar	23.3	10.600	17.000
				Adicional de tarifa portuária		58.814	58.789
				Provisão para desligamento incentivado	30	39.250	-
				Provisão priscos tributários, trabalhistas e civis	18	30.983	36.518
				Outras obrigações		9.148	5.447
Não Circulante		1.659.116	1.442.473	Não Circulante		951.155	803.986
Realizável a Longo Prazo		693.702	596.679	Débitos trabalhistas parcelados		1.112	30.552
Contas a receber de clientes, líquidas	6	631.632	547.056	Programa de recuperação fiscal	16	198.028	222.271
Valores a receber da União	10	42.533	29.749	Empréstimos e financiamentos	17	10.014	11.025
Depósitos judiciais		18.992	19.163	Plano de pensão	19	54.572	89.041
Bens destinados à alienação		545	711	Provisão priscos tributários, trabalhistas e civis	18	155.616	221.006
				Receita diferida	22	508.443	209.540
				Outras obrigações		23.370	20.551
Investimentos		189	190	Patrimônio Líquido		823.856	704.211
Imobilizado	11	961.125	842.524	Capital social	23.1	648.396	507.123
Intangível	12	4.100	3.060	Reserva de lucros	23.2	90.109	70.513
				Reserva para aumento de capital	23.4	85.924	126.972
				Ajustes de avaliação patrimonial		(572)	(397)
TOTAL DO ATIVO		2.168.328	1.805.928	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.168.328	1.805.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis





COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 e 2009
em milhares de reais

	nota	2010	2009
Receita líquida dos serviços prestados.....	24	603.875	533.603
Custos dos serviços prestados	25	<u>(265.616)</u>	<u>(252.087)</u>
Lucro bruto.....		338.259	281.516
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(273.062)</u>	<u>(228.831)</u>
Despesas administrativas e gerais	26	(151.559)	(144.183)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis.....		(35.227)	(114.170)
Provisão para plano de desligamento incentivado.....	30	(50.201)	-
Provisão para perda atuarial em plano de pensão	19	(106.000)	-
Outras receitas operacionais	28	73.073	44.263
Outras despesas operacionais	29	(3.148)	(14.741)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		85.197	52.685
Resultado financeiro		<u>8.576</u>	<u>42.391</u>
Receitas financeiras	27	33.891	2.101
Despesas financeiras	27	(30.964)	(27.863)
Variações monetárias e cambiais, líquidas.....	27	5.649	68.153
Lucro operacional.....		73.773	95.076
Imposto de renda.....	31	(19.257)	(15.670)
Contribuição social.....	31	(7.370)	(5.946)
Lucro antes da participação dos empregados		47.146	73.460
Participação dos empregados	21	(2.650)	(3.720)
Lucro líquido do exercício.....	23.5	<u>44.496</u>	<u>69.740</u>
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,25	0,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
em milhares de reais**

	CAPITAL SOCIAL	CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
SALDOS EM 31/12/2008	451.711	45.412	1.168	16.600	-	-	524.891
Ajustes de exercícios anteriores.....	-	-	-	-	-	5	5
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	45.398	(45.398)	-	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários.....	14	-	-	-	-	-	14
Juros incorporados aos créditos da União para aumento de capital.....	-	5.612	-	-	-	-	-
Créditos da União para aumento de capital.....	-	121.346	-	-	-	-	121.346
Bens destinados à alienação.....	-	-	-	-	(369)	-	(369)
Certificados de investimentos regionais.....	-	-	-	-	(28)	-	(28)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	69.740	-
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal.....	-	-	3.487	-	-	(3.487)	-
Reserva de retenção de lucros.....	-	-	-	49.258	-	(49.258)	-
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	-	(17.000)	(17.000)
SALDOS EM 31/12/2009	507.123	126.972	4.655	65.858	(397)	-	704.211
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	126.932	(126.932)	-	-	-	-	0
Aumento de capital por acionistas minoritários.....	40	-	-	-	-	-	40
Juros incorporados aos créditos da União para aumento de capital.....	-	13.774	-	-	-	-	13.774
Créditos da União para aumento de capital.....	-	72.110	-	-	-	-	72.110
Aumento de capital por reversão de retenção de lucros.....	14.300	-	-	-	-	-	-
Bens destinados à alienação.....	-	-	-	-	(175)	-	(175)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	44.496	44.496
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	0
Reserva legal.....	-	-	2.225	-	-	(2.225)	0
Reserva de retenção de lucros.....	-	-	-	31.671	-	(31.671)	0
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	-	(10.600)	(10.600)
SALDOS EM 31/12/2010	648.395	85.924	6.880	97.529	(572)	-	823.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis





COMPANHIA DO CAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
em milhares de reais

	2010	2009
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	1.013.646	635.803
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(148.903)	(162.060)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(164.449)	(136.096)
Valores pagos de encargos sociais	(43.613)	(35.939)
Valores pagos de contingências	(165.237)	(83.280)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(66.722)	(54.853)
Valores pagos de Imposto de renda e contribuição Social	(40.744)	(5.695)
Valores pagos de juros	(991)	(10.172)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	12.179	3.284
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	395.166	150.992
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(130.332)	(61.886)
Aquisição de intangível	(1.935)	(112)
Alienação de imobilizado	1.676	3.397
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(130.591)	(58.601)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos tomados	-	72.000
Pagamentos de empréstimos financiamentos	(2.025)	(80.673)
Pagamento de impostos e contribuições parcelados	(42.562)	(33.983)
Recursos de acionistas	72.164	121.360
Juros sobre capital próprio pagos	(17.447)	(5.919)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	10.130	72.785
Aumento (redução) nas disponibilidades	274.705	165.176
Saldo inicial de caixa e equivalentes	182.301	17.125
Saldo final de caixa e equivalentes	457.006	182.301
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	274.705	165.176

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
em milhares de reais

	2010	2009
Receitas	697.210	633.169
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	385.347	343.678
Arrendamentos operacionais e aluguéis	297.165	265.080
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(60)	(1.435)
Receita de reversibilidade de bens	13.800	37.412
Ganho (Perda) em alienação de ativos imobilizados	(42)	(11.566)
Insumos adquiridos de terceiros	(199.297)	(254.359)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(143.011)	(152.157)
Despesas judiciais e provisões para riscos cíveis	(38.957)	(95.076)
Outros custos	(17.329)	(7.126)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	497.913	378.810
Depreciação e amortização	(22.107)	(19.051)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	475.806	359.759
Valor adicionado recebido em transferência	44.961	75.347
Receitas financeiras	44.960	75.347
Outras	1	-
Valor adicionado a distribuir	520.767	435.106
Distribuição do valor adicionado	520.767	435.106
Pessoal	397.142	202.555
- Remuneração direta	123.910	110.417
- Benefícios	23.844	22.441
- Benefícios pós-emprego	19.400	19.450
- Participação nos resultados	2.650	3.720
- FGTS	9.431	8.355
- Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	126.225	36.787
- Honorários da diretoria	1.682	1.385
Tributos	127.216	123.868
- Federais	117.507	101.052
- Estaduais	5.123	5.106
- Municipais	10.085	9.001
- Reversão de provisão, despesas legais e judiciais tributárias	(5.499)	8.807
Remuneração de capitais de terceiros	41.913	38.845
- Despesas financeiras	36.385	32.956
- Aluguéis	5.528	5.889
Remuneração de capitais próprios	44.496	69.740
- Juros sobre capital próprio	10.600	17.000
- Lucros retidos	33.896	52.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
em milhares de reais

	2010		2009	
	Valor	% sobre FPE	Valor	% sobre FPE
1 - Base de cálculo				
Receita Líquida (RL)	603.875		533.603	
Resultado Operacional (RO)	77.774		99.076	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	123.909		110.972	
2 - Indicadores sociais internos				
Alimentação	11.669	9,42%	10.884	9,81%
Encargos sociais compulsórios	44.503	35,92%	37.150	33,48%
Previdência privada	11.963	9,65%	11.230	10,12%
Saúde	9.494	7,66%	9.018	8,12%
Segurança e medicina no trabalho	210	0,17%	188	0,17%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.82	0,15%	73	0,07%
Cheques ou auxílio - creche	22	0,02%	19	0,02%
Participação nos lucros/resultados	2.650	2,14%	3.220	3,35%
Transporte	1.490	1,20%	1.367	1,23%
Bolha/Estágio	1.147	0,93%	1.075	0,97%
Outros	1.921	1,55%	1.784	1,61%
Total - Indicadores sociais internos	85.251	68,80%	76.508	68,94%
3 - Indicadores sociais externos				
Valor		% sobre RL	Valor	% sobre RO
Cultura	394	0,53%	329	0,35%
Esporte	115	0,16%	100	0,11%
Outros	115	0,16%	100	0,11%
Total das contribuições para a sociedade	624	0,85%	529	0,56%
Tributos (excetuados encargos sociais)	106.574	144,46%	96.340	101,32%
Total - Indicadores sociais externos	107.197	145,31%	96.869	101,89%
4 - Indicadores ambientais				
Valor		% sobre RO	Valor	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	18.348	24,87%	5.981	6,29%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	18.348	24,87%	5.981	6,29%
Total de investimentos em meio ambiente	18.348	24,87%	5.981	6,29%

(x) não possui metas () cumpre 51% a 75% () não possui metas () cumpre 51% a 75%
() cumpre de 0 a 50% () cumpre 76% a 100% () cumpre de 0 a 50% () cumpre 76% a 100%

5 - Indicadores do corpo funcional
Nº de empregados(a) ao final do período 1.409
Nº de admissões durante o período 99
Nº de empregados(a) terceirizados(a) 33
Nº de estagiários(a) 942
Nº de empregados(a) acima de 45 anos 114
Nº de mulheres que trabalham na empresa 1.042
Nº de cargos de chefia ocupados por mulheres 130
Nº de negros(as) que trabalham na empresa 13.725
Nº de cargos de chefia ocupados por negros(as) 222
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais 1.966
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais 11

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial
Relação entre a maior e a menor remuneração 12

7 - Metas 2011

	2010	2009	Metas 2011
	Valor	% sobre RL	Valor
10 - Número total de acidentes de trabalho	10		7
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	(x) direção e gerências empregados(a)	() todos(as)	() direção e gerências empregados(a)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	() direção e gerências empregados(a)	(x) todos(as)	() direção e gerências empregados(a)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) não se envolve
A previdência privada contempla	() direção e gerências empregados(a)	(x) todos(as)	() direção e gerências empregados(a)
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção e gerências empregados(a)	(x) todos(as)	() direção e gerências empregados(a)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	(x) não são considerados	() não são exigidos	() não serão considerados
Quanto à participação de empregados(a) em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	() não se organiza e incentiva	() não se organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(a)	Na empresa 211	No Procon	Na empresa
% de reclamações e críticas solucionadas	Na empresa 93,83%	No Procon	Na empresa
Valor adicionado total a distribuir	em 2010: 520.767	em 2009: 435.106	em 2011: 435.106
Distribuição do valor adicionado	24,43% governo; 58,96% empregados(a); 2,03% acionistas; 8,05% terceiros; 6,51% retido	28,49% governo; 46,53% empregados(a); 3,91% acionistas; 8,93% terceiros; 12,12% retido	46,53% empregados(a); 3,91% acionistas; 8,93% terceiros; 12,12% retido





COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
em milhares de reais**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio. Conforme disposto no Decreto nº. 6.336, de 28-12-2007, a CODESP administra, sob Convênio, o Porto de Laguna (SC).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

a. Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

d. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e. Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos, os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço.

f. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: Constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, considerando também parecer dos advogados da empresa.

g. Estoques: Demonstrados ao custo médio de aquisição não excedendo valor de mercado e são materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa, não sendo empregados diretamente na prestação dos serviços.

h. Despesas antecipadas: Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

i. Imobilizado: Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados pelo valor de aquisição e/ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% das taxas previstas para a expectativa de vida útil dos bens. As principais taxas aplicadas estão demonstradas na Nota nº 11.

j. Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

k. Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

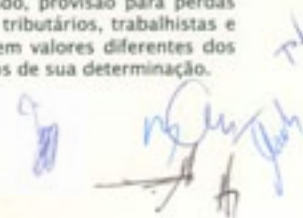
l. Arrendamento: A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento operacional, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária, em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada arrendatário. Todos os contratos possuem cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente, são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

m. Provisão: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

n. Provisão para imposto de renda e contribuição social: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência. Para fins de determinação da exigibilidade é considerada a absorção de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. A Companhia não efetua o registro contábil de créditos fiscais sobre a base negativa da contribuição social, prejuízos fiscais e provisões temporariamente indedutíveis, considerando a possibilidade da não efetiva recuperabilidade dos valores em função dos resultados operacionais.

o. Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações: Está calculado com base no número de ações na data do levantamento do balanço patrimonial.

p. Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativas e premissas, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes aos procedimentos de sua determinação.



4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações da contabilidade com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis:

CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos: A companhia, através de licitação na modalidade concorrência, em fase de abertura das propostas em 15/03/2011, irá contratar empresa especializada para avaliar os bens móveis e imóveis que integram o imobilizado e dos bens imóveis da União que se encontram sob seu uso e guarda. (publicação no DOU nº 19, de 27/01/2011 seção 3, página 3).

CPC 27 - Ativo imobilizado: Conforme mencionado no CPC 01, após diagnóstico do trabalho a ser realizado, é que poderão ser efetuados os ajustes necessários para observação desta Norma.

CPC 33 - Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão, multipatrocinado, de benefício definido. Considerando, os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valor e de critérios utilizados para apuração dos valores apresentados pela consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial do Instituto PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

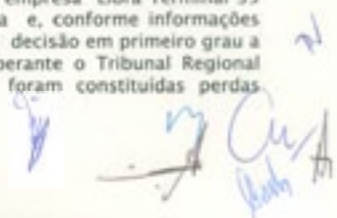
As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa, e foram consideradas na elaboração do fluxo de caixa como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante de caixa e que são sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. A política de aplicação de recursos da Companhia considera que todas as aplicações financeiras são de curto prazo e não são consideradas como atividades de investimento, designando essas aplicações como ativos mantidos para negociação.

	2010	2009	Rentabilidade
BB extramercado FAE FI renda fixa	315.419	-	98,15% do CDI
NTN-B	8.361	7.582	IPCA + 6% a.a
NTN-P	719	-	TR + 6% a.a
Total	324.499	7.582	

6. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	2010	2009
Valores a receber de serviços prestados	699.120	614.923
Valores a receber de serviços prestados a faturar	9.387	8.277
Perdas estimadas c/ créditos liquidação duvidosa (-)	(36.173)	(36.521)
Total	672.334	586.679
Curto prazo	40.702	39.623
Longo prazo	631.632	547.056

Do valor líquido, registrado no Realizável a Longo Prazo R\$ 631.632 (R\$ 547.056 em 2009), a importância de R\$ 607.225 corresponde a faturas não pagas pela empresa Libra Terminal 35 S/A. O valor em questão é objeto de ação ordinária de cobrança e, conforme informações prestadas pela Superintendência Jurídica da empresa a ação obteve decisão em primeiro grau a favor desta Companhia, estando atualmente em fase recursal perante o Tribunal Regional Federal. Baseado no parecer dos advogados da empresa, não foram constituídas perdas estimadas com devedores duvidosos para esse arrendatário.



7. RENEGOCIAÇÃO DE CONTAS A RECEBER

O valor registrado refere-se a valores renegociados com clientes, com parcelamento dos valores, concedido pela Companhia.

Em 28/12/2009 foi homologado acordo judicial com a empresa Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS, com a desistência de ambas as partes das ações judiciais e respectivos recursos, em andamento, nas esferas estadual e federal. Pelo Termo de Acordo, a Usiminas pagaria à CODESP a importância de R\$ 138.519, sendo 50% iniciais em até 10 dias seguintes à data da homologação do referido acordo e os 50% restantes em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Em 31/12/2010 restava pendente de pagamento, apenas a última parcela do citado acordo, liquidada em 05/01/2011.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A composição dos créditos tributários é composta como segue:

	2010	2009
Retenção na fonte sobre serviços - IRPJ e IRRF	52	26
Retenção na fonte sobre serviços - CSLL	42	21
Retenção na fonte sobre serviços - PIS	27	14
Retenção na fonte sobre serviços - COFINS	125	63
Aplicações financeiras - IRRF	2.629	-
Imposto sobre serviços - ISS	23	23
Total	2.898	147

9. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Os valores registrados referem-se a prêmios de seguro e férias a apropriar.

	2010	2009
Seguro de bens patrimoniais	752	706
Férias a apropriar	554	648
Total	1.306	1.354

10. VALORES A RECEBER DA UNIÃO

Os recursos repassados pelo Porto de Santos para custeio dos Portos administrados, sob convênio, foram registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, pelo montante de R\$ 42.533 (R\$ 29.749 em 2009). Deste montante, será ressarcido pela União, através do Ministério dos Transportes e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, conforme acordos homologados na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, órgão da Advocacia Geral da União, as importâncias respectivas de R\$ 18.627 e R\$ 12.868. Estão sendo mantidas tratativas junto à Secretaria de Portos para ressarcimento da importância correspondente a pessoal cedido, bem como, de valores remetidos ao Porto de Laguna para suprir insuficiência de caixa daquele Porto.

11. IMOBILIZADO

	2010	2009	TAXAS DE DEPRECIAÇÃO (%)
Mobiliário em geral	2.287	2.505	10,0
Veículos	480	352	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	7.679	5.831	3,33 a 10,0
Equipamentos diversos	1.939	992	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	177	182	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	18.416	9.908	20,0
Edifícios	40.786	41.088	2,0
Instalações	173.331	177.051	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	100.240	3.073	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	28.750	17.122	1,43 a 6,67
Outras construções	411.746	378.276	1,43 a 6,67
Terrenos	4.425	4.425	-
Obras em andamento	92.202	131.779	-
Bens móveis industriais	21.748	22.343	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	56.919	47.597	3,33 a 10,0
Total	961.125	842.524	

12. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 4.100 refere-se a custos com a aquisição de licenças de softwares, utilizando-se uma taxa de amortização de 20% ao ano.

13. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO, sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-10 a 01-05-11.

	2010	2009
Riscos operacionais	292.467	292.016
Automóveis	11.000	10.200
Responsabilidade civil	10.500	10.500

14. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS SOCIAIS

	2010	2009
Salários a pagar	6.012	5.702
Férias	18.438	16.312
FGTS	1.383	1.303
INSS	3.329	3.073
Participação nos lucros	2.650	3.719
Outros	937	1.056
Total	32.749	31.164

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2010	2009
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	265	393
Retenção de tributos federais - Lei 10.833/03	2.427	2.566
Retenção para seguridade social - INSS	765	676
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.124	4.162
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	179	12.584
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	282	4.779
Programa de integração social - PIS	899	1.455
Contribuição financiamento seg. social - COFINS	4.140	6.703
Imposto sobre serviços - ISS	976	710
Outros	279	268
Total - Curto prazo	14.336	34.296

16. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

A empresa apresentava débitos de impostos com pagamentos parcelados, como segue:

	2010	2009
Parcelamento especial - PAES		
- Instituto Nacional de Seguridade Social	176.758	192.452
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	3.311	4.469
- Secretaria da Receita Federal	22.729	26.290
Parcelamento excepcional - PAEX		
- Secretaria da Receita Federal	28.114	30.672
Total	230.912	253.883
Curto prazo	32.884	31.612
Longo prazo	198.028	222.271

Os impostos administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, foram objeto de migração para o parcelamento previsto na Lei 11.941/09, em fase de consolidação pelos respectivos órgãos.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda, Indexador e Taxa de Juros Anual	2010	2009	Garantias
<i>Moeda estrangeira</i>	lene			
Financiamento imobilizado	Var. Cambial+3,25%	12.127	12.981	Aval Gov. Brasileiro
Curto prazo		2.113	1.956	
Longo prazo		10.014	11.025	

Contrato de Financiamento, com a Japan International Cooperation Agency - JICA - LOAN, através de seu representante financeiro The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., com amortização e juros em parcelas semestrais, com vencimento da última parcela em 20 de setembro de 2016.

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração com base em informações de seus advogados, na análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, nas experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso, como abaixo:

NATUREZA	2010	2009
Provisão cível (a)	119.244	169.826
Provisão trabalhista (b)	67.355	79.386
Provisão tributária (c)	-	8.312
Total	186.599	257.524
Curto prazo	30.983	36.518
Longo prazo	155.616	221.006

- (a) Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso e de lucros cessantes.
 (b) Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos advogados.
 (c) Imposição de multa pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, pelo não atendimento no prazo estabelecido para implementação da Nota Fiscal Eletrônica, com recurso administrativo impetrado pela empresa e parcialmente aceito em 2010 pelo Tribunal de Impostos e Taxas, com pagamento de 30% da penalidade.

Em 31/12/2010, o montante estimado para processos judiciais representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas e cíveis era de R\$ 413.313 e R\$ 8.058 respectivamente, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa.

O Superior Tribunal Federal - STF, conforme decisão do Pleno (Recurso Extraordinário 253.472), confirmou o entendimento de vários julgamentos efetuados anteriormente através da 1ª e 2ª Turmas daquele Tribunal, referente a imunidade prevista no artigo 150 da Constituição Federal em relação ao IPTU incidente sobre os imóveis da União, sob o uso e guarda da CODESP.

19. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. Os benefícios pagos pelo PORTUS são reajustados anualmente pela variação do INPC.

O déficit de responsabilidade da patrocinadora CODESP, conforme cálculo atuarial efetuado pela CESAT Consultoria Estatístico-Atuarial, empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de R\$ 1.123.030 (R\$ 846.550 em 2009).



Após análise dos relatórios elaborados pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, consultoria contratada por esta Companhia para examinar os cálculos atuariais do PORTUS– Instituto de Seguridade Social, foi firmado com o referido Instituto, em 29-12-2010, reconhecimento parcial de dívida, através do Contrato n°. 42/10 – Termo de Ajuste e Forma de Pagamento de Contribuição Patronal no montante de R\$ 106.000 (cento e seis milhões de reais), referente à amortização de parte incontroversa de valor a ser reavaliado, de responsabilidade desta patrocinadora no Plano de Benefícios PORTUS 1 – PBP1, de modalidade de benefício definido, atualmente fechado para novas adesões.

Faz-se registrar que a diferença entre os valores apresentados, tanto pela CODESP e pelo PORTUS, continua em controvérsia pelas partes, inviabilizando o registro contábil com base em estimativas confiáveis.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2010, foram no montante de R\$ 12.069 (R\$ 11.322 em 2009).

20. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS

Os empregados admitidos até 04/06/1965, ao se aposentarem passam a receber da Companhia benefício vitalício de complementação de aposentadoria, calculado como a diferença entre (i) o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e (ii) o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial.

Os valores pagos a título de complementação de aposentadorias no ano de 2010 importaram em R\$ 7.598 (R\$ 8.358 em 2009).

21. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

Os empregados participam do resultado da empresa, em conformidade com o disposto na Lei 10.101, de 19.12.2000, tendo como limite, 25% do valor distribuído aos acionistas, desde que alcançadas todas as metas propostas.

22. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos operacionais assinados com a Administração Portuária, envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06.

No resultado do exercício, foi reconhecido à receita a importância de R\$ 26.585 (R\$ 8.225 em 2009), conforme composição abaixo:

	2010	2009
Saldo em 1º de janeiro	209.540	84.270
Receita diferida no exercício	325.488	133.495
Apropriação à receita no exercício	(26.585)	(8.225)
Saldo em 31 de dezembro	508.443	209.540

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2010, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 89.746.450.530 ações ordinárias e 89.746.450.524 ações preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única.

23.2 Reservas de Lucros

Será proposto à Assembléia Geral de Acionistas, a ser realizada em 26/04/2011, o aumento do capital social no montante de R\$ 49.676 referente ao valor executado em 2010, do orçamento de capital objeto da retenção de lucros dos exercícios de 2008 e 2009.

a) Reserva Legal:

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício social antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;

b) Reserva de Retenção de Lucros:

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está prevista uma retenção de lucros, no montante de R\$ 33.552, sendo R\$ 31.671 proveniente do lucro líquido do exercício de 2010 e R\$ 1.881 do saldo remanescente da retenção de lucros efetuada no exercício de 2009, que se destina a atender, parcialmente, o programa anual de investimentos estabelecido no orçamento plurianual de capital dos exercícios de 2011 a 2013, a ser deliberado em Assembléia Geral de Acionistas em 26/04/2011.

23.3 Dividendos propostos e/ou juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é garantido dividendo/juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser computados aos dividendos obrigatórios. Esses juros, estão demonstrados no patrimônio líquido para refletir a essência da transação.

A proposta da distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 10.600, relativo ao exercício de 2010, está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na assembléia geral ordinária a ser realizada em 26/04/2011 calculado sobre o lucro base ajustado, demonstrado como segue:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	44.496	69.740
Reserva legal (5%)	(2.225)	(3.487)
Lucro base para cálculo do dividendo	42.271	66.253
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	10.568	16.563
Excedente aos dividendos obrigatórios	32	437
Juros sobre capital próprio - 25,07% (25,66% em 2009)	10.600	17.000

23.4 Reserva para aumento de capital

A União destina recursos a programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da Taxa SELIC, conforme decreto 2673/98.

23.5 Resultado do exercício

O resultado do exercício é composto, conforme abaixo:

	2010	2009
Porto de Santos - SP	46.375	71.328
Porto de Laguna - SC	(1.879)	(1.588)
Resultado líquido do exercício	44.496	69.740

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2010	2009
Receitas tarifárias		
Utilização da infraestrutura portuária		
- Utilização do canal de acesso e bacias de evolução	230.337	199.911
- Atracação de navios	41.999	38.095
Utilização da infraestrutura terrestre	75.186	65.981
Serviços gerais		
- Fornecimento de energia	27.439	28.220
- Outras receitas	8.916	7.630
Receita de operadora portuária	2.204	2.209
Receitas patrimoniais		
- Arrendamentos de áreas e aluguéis	297.165	265.079
Impostos incidentes sobre vendas		
- Imposto sobre serviços - ISS	(10.038)	(8.900)
- Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(4.937)	(5.078)
- Programa de integração social - PIS	(11.487)	(10.621)
- Contribuição Financ. seguridade social - COFINS	(52.909)	(48.923)
Total	603.875	533.603

25. CUSTOS OPERACIONAIS

	2010	2009
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	99.917	87.747
Encargos sociais	29.442	24.935
Serviços de terceiros	80.654	90.149
Depreciação	21.462	18.422
Aluguéis	914	934
Utilidades e serviços, materiais	33.227	29.900
Total	265.616	252.087

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2010	2009
Pessoal e Benefícios	67.237	64.561
Encargos sociais	14.048	11.502
Serviços de Terceiros	13.095	14.542
Aluguéis	4.615	4.955
Utilidades e serviços, materiais	7.172	7.641
Outras despesas	45.392	40.982
Total	151.559	144.183

27. RESULTADO FINANCEIRO

	2010	2009
Receitas Financeiras		
Juros	3.588	1.611
Varição monetária	11.070	68.093
Varição cambial	-	5.153
Aplicações financeiras	29.808	-
Outras	495	490
Subtotal	44.961	75.347
Despesas Financeiras		
Varição cambial	(1.200)	-
Juros	(30.964)	(23.617)
Varição monetária	(4.221)	(3.944)
Outras	-	(5.395)
	(36.385)	(32.956)
Resultado Financeiro, líquido	8.576	42.391

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2010	2009
Reversibilidade de bens (i)	13.800	37.412
Venda de materiais - sucata	127	1.228
Venda de ativo imobilizado	1.555	2.288
Estorno de passivo (ii)	38.464	-
Reversão de provisões	13.306	2.932
Diversas	5.821	403
Total	73.073	44.263

(i) Nos contratos de arrendamentos operacionais, consta cláusula de que os investimentos efetuados pelos arrendatários, durante a vigência do contrato, ao seu término serão revertidos à CODESP, sem indenização.

Em 2010, foi encerrado o contrato de arrendamento com a empresa Vopak Brasil S/A, com a avaliação dos bens, efetuada por empresa especializada, referentes aos investimentos realizados pela empresa arrendatária, sendo os valores registrados no ativo imobilizado da CODESP.

(ii) Conforme acórdão n° 659/2009 do Tribunal de Contas da União, no sentido de fazer cessar os repasses ao Plano de Pensão relativos ao contrato de reconhecimento e parcelamento de dívida, bem como, o assessoramento dos advogados da empresa, foi estornado o valor referente à paridade contributiva dos participantes assistidos.

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2010	2009
Custo dos bens vendidos - ativo imobilizado	1.597	13.829
Indenizações por avarias	341	399
Diversas	1.210	513
Total	3.148	14.741

30. PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESLIGAMENTO DE PESSOAL

Com intuito de renovar o seu contingente de colaboradores, após a devida aprovação do Conselho de Administração, da Secretaria de Portos e do DEST - Departamento de Coordenação e Governança de Empresas Estatais, a Companhia decidiu possibilitar aos funcionários do quadro permanente, com mais de 10 anos de empresa e, no mínimo, 48 anos de idade, adesão ao programa de incentivo ao desligamento voluntário - PIDV, com o pagamento de indenização adicional de até 10 remunerações mensais, limitada a cento e cinquenta mil reais, acrescido de todas as verbas trabalhistas rescisórias, inclusive a multa do FGTS, além de outras vantagens de caráter social, como plano de pensão e assistência saúde, por tempo determinado. Houve adesão de 306 funcionários, dos quais 80 foram desligados até 31/12/2010. Foi constituída provisão no montante de R\$50.201, com saldo remanescente em 31/12/2010, de R\$ 39.250 registrado no passivo circulante.

31. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

Demonstração do cálculo do lucro tributável, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

	2010	2009
Resultado antes da tributação:	73.773	95.076
Adições permanentes:		
- Contribuições e doações	10.161	767
- Gastos com diretoria	186	110
- Multas indedutíveis	845	10.108
- Plano de pensão	106.000	-
- Outras	125	99
Adições temporárias:		
- Provisão para riscos	35.167	104.399
- Provisão para desligamento incentivado	50.201	-
Exclusões permanentes:		
- Participação de empregados no resultado	(2.650)	(3.720)
- Baixa por utilização de provisão para riscos	(84.474)	(94.200)
- Baixa por utilização da provisão para desligamento	(10.951)	-
- Juros sobre capital próprio	(10.600)	(17.000)
- Reversão de provisão	(18.983)	(2.932)
- Outras	(35.054)	(3)
Ajustes por adições e exclusões:	39.973	(2.372)
Lucro ajustado	113.746	92.704
Compensações:		
- Prejuízo Fiscal (30%)	(34.123)	(27.811)
Lucro tributável	79.623	64.893
IRPJ e CSLL - alíquota nominal (34%)	27.071	22.063
Incentivos fiscais e outros ajustes	(444)	(447)
IRPJ e CSLL no resultado	26.627	21.616

32. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2010) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, nelas computadas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

ADMINISTRADORES	em reais
- maior remuneração	26.700,00
EMPREGADOS	
- maior remuneração	24.802,64
- menor remuneração	601,03
- salário médio	6.942,86

33. GARANTIAS

A empresa ofereceu, em garantia de demandas judiciais, bens do ativo imobilizado cujo valor líquido da depreciação acumulada é de R\$ 22.337 (R\$ 26.609 em 2009).



JOSÉ ROBERTO CORREIA SERRA
Diretor-Presidente



ALENCAR S. DA COSTA
Diretor de Administração e Finanças



PAULINO MOREIRA DA SILVA VICENTE
Diretor de Infraestrutura



CARLOS HELMUT KOPPKKE
Diretor Comercial e de Desenvolvimento



RENATO FERREIRA BARCO
Diretor de Planejamento e Controle



CARLOS ALBERTO DE SOUZA
Superintendente Financeiro



MARIO SERGIO RODRIGUES ALONSO
Contador CRC 1SP135973/O-6



**NOTA TÉCNICA DA AUDITORIA INTERNA, SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2010**

1. Examinamos o **Balanco Patrimonial** (consolidado), levantado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, relativas ao exercício findo naquela data, que abrangem as operações do Porto Organizado de Santos (SP) e do Porto de Laguna (SC) conveniado, sob administração desta Autoridade Portuária.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas de Auditoria e compreenderam:
 - a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos; e
 - b) a constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas.

3. De conformidade com a Nota Explicativa nº 6, parte integrante das Demonstrações Financeiras, a CODESP possui registrado na conta CLIENTES (Realizável a Longo Prazo) do total de R\$ 631.632mil em 31-12-2010, a importância de R\$ 607.225mil (seiscentos e sete milhões, duzentos e vinte e cinco mil reais) corresponde as faturas não pagas pela empresa LIBRA - Terminal 35 S/A.

O valor em questão é objeto de ação ordinária de cobrança proposta pela CODESP. Baseado no parecer da Superintendência Jurídica da empresa, não foi constituída provisão para devedores duvidosos para esse arrendatário, por entendimento de provável êxito na demanda judicial, face o ganho por parte da CODESP em primeiro grau e estando atualmente em fase recursal perante o Tribunal Regional Federal.



**NOTA TÉCNICA DA AUDITORIA INTERNA, SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2010**

4. Conforme informações divulgadas nas Notas Explicativas nº 4 e 19, a Companhia patrocina plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, conforme cálculo atuarial levantado pela empresa CESAT Consultoria Estatístico-Atuarial, contratada por esse Instituto, apresenta um déficit de R\$ 1.123.030 (um bilhão, cento e vinte e três milhões e trinta mil reais), relativo à contribuição patronal no Plano de Benefícios PORTUS 1 – PBP1, de modalidade de benefício definido, atualmente fechado para novas adesões.

Destacamos que o respectivo déficit não está registrado integralmente nas demonstrações financeiras, em razão de divergências entre os valores apurados, os quais se encontram em discussão pelas partes.

5. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de eventuais ajustes que poderão advir do referenciado nos "itens 3 e 4" desta Nota Técnica, as Demonstrações Financeiras, mencionadas no "item 1" desta, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, econômica e financeira da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, em 31 de dezembro de 2010, estando de conformidade com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e às legislações societária e fiscal em vigor no Brasil, no exercício examinado.

Superintendência de Auditoria, em 04-03-2011.


Odete Santos Marques Pereira
EP 2 Contadora - CRC 1-SP 145.810/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Senhores Diretores e Conselheiros da
CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo
Santos (SP)

Examinamos as demonstrações contábeis da **CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do Valor Adicionado e do Fluxo de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa.



Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para Ressalva

Conforme consta das Notas Explicativas 4 e 19, a empresa participa como patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a seus funcionários, através da PORTUS – Instituto de Seguridade Social, bem como tem obrigações com benefícios vitalícios de complementação de aposentadoria com seus funcionários admitidos até 04/06/1965. O déficit de responsabilidade da patrocinadora CODESP, conforme cálculo atuarial efetuado pela CESAT Consultoria Estatístico-Atuarial, empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de KR\$ 1.123.030 (KR\$ 846.550 em 2008)., fato que tende a contribuir para o aumento das taxas contributivas dos participantes, assistidos e patrocinadores, assim como a redução da massa de benefícios futuros aos beneficiários. Esse déficit apurado atuarialmente não está reconhecido, na sua totalidade, na contabilidade da empresa

Opinião com Ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos advindos do parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2010 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Chamamos a atenção para o fato de que as Demonstrações Contábeis da CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2009, foram auditadas por nossa empresa de auditoria independente, cujo parecer emitido em 19/02/2010 continha a mesma ressalva do presente exercício.

Ribeirão Preto (SP), 08 de março de 2011.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP 022486/O-4 CVM - 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC-1-SP 067138/O-0

PARECER DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

"O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, após analisar, decide aprovar os documentos e procedimentos descritos a seguir:

- a) As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-2010;
- b) O Orçamento de Capital Plurianual, para os exercícios de 2011 a 2013, em anexo, com a aplicação de recursos próprios no montante de R\$ 84.673.562,00 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e três mil e quinhentos e sessenta e dois reais);
- c) A proposta de destinação do Lucro Líquido do exercício de 2010, no montante de R\$ 44.496.168,18 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e sessenta e oito reais e dezolito centavos), com a distribuição de R\$ 10.600.000,00 (dez milhões e seiscentos mil reais) aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio e Retenção de Lucros no montante de R\$ 31.671.359,77 (trinta e um milhões, seiscentos e setenta e um mil, trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos), conforme abaixo:

DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Lucro Líquido do Exercício	R\$	44.496.168,18
(-) Reserva Legal (5%)	R\$	(2.224.808,41)
Lucro Líquido Ajustado	R\$	42.271.359,77
Juros sobre o capital próprio (25,08%)	R\$	<u>(10.600.000,00)</u>
Reserva de Retenção de Lucros de 2010	R\$	(31.671.359,77)



A parcela do lucro líquido destinada à Reserva de Retenção de Lucros tem como finalidade atender às necessidades de recursos previstos no programa plurianual de investimentos da Companhia para os exercícios de 2011 a 2013, objeto do Orçamento de Capital de R\$ 84.673.562,00 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e três mil e quinhentos e sessenta e dois reais), conforme a seguir:

Saldo Remanescente da Retenção de Lucros de 2009	R\$ 1.881.082,49
Retenção de Lucros de 2010	R\$ 31.671.359,77
Geração de Caixa das Operações	<u>R\$ 51.121.119,74</u>
	R\$ 84.673.562,00

d) A manutenção no Patrimônio Líquido, do valor de R\$ 1.881.082,49 (um milhão, oitocentos e oitenta e um mil, oitenta e dois reais e quarenta e nove centavos), correspondente ao saldo remanescente da retenção de lucros do exercício de 2009, que se destina a atender parcialmente o Programa de Investimentos estabelecido no Orçamento de Capital de 2011 a 2013.


e) Proposta de aumento do Capital Social de Empresa, de R\$ 648.395.012,49 (seiscentos e quarenta e oito milhões, trezentos e noventa e cinco mil, doze reais e quarenta e nove centavos) para R\$ 698.071.171,80 (seiscentos e noventa e oito milhões, setenta e um mil, cento e setenta e um reais e oitenta centavos) correspondente à capitalização do montante de R\$ 49.676.159,31 (quarenta e nove milhões, seiscentos e setenta e seis mil, cento e cinquenta e nove reais e trinta e um centavos), referente à execução financeira dos orçamentos de capital dos anos de 2008 e 2009, permanecendo o número de ações em 179.492.901.054, sendo 89.746.450.530 ordinárias e 89.746.450.524 preferenciais.



Recomenda, por fim, o encaminhamento dos assuntos

à Assembléia Geral dos Acionistas, para as competentes deliberações.

Santos, 18 de março de 2011.


Augusto Wagner Padilha Martins
PRESIDENTE DO CONSELHO


Paulino Moreira da Silva Vicente
p/CONSELHEIRO


Duvanier Paiva Ferreira
CONSELHEIRO


Marcelo Perópato e Silva
CONSELHEIRO


Hérmes Anghinoni
CONSELHEIRO

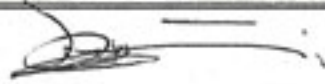

João de Andrade Marques
CONSELHEIRO




SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524.0001-07

ORÇAMENTO DE CAPITAL EXERCÍCIOS DE 2011 A 2013					
AÇÃO / DESTINAÇÃO		RECURSOS PRÓPRIOS			
		EXERCÍCIOS			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2011	2012	2013	TOTAL
26.784.1461.10VR.0035	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS-CODE) NO PORTO DE SANTOS	5.000.000,00	2.085.562,00	-	7.085.562,00
26.784.1461.10ZQ.0035	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA AUTÔNOMO DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL E TRATAMENTO DE ESGOTOS NO PORTO DE SANTOS	6.038.332,00	5.109.357,00	-	10.788.000,00
26.784.1461.3E69.0035	REMOÇÃO DE DESTROÇOS NO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS - INTEGRANTE DA DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO	2.800.000,00	9.000.000,00	-	11.800.000,00
26.126.0807.4103.0035	MANUTENÇÃO (AQUISIÇÃO) E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	5.000.000,00	6.000.000,00	5.000.000,00	16.000.000,00
26.122.0807.4102.0035	MANUTENÇÃO (AQUISIÇÃO) E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	4.000.000,00	5.000.000,00	5.000.000,00	14.000.000,00
	MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO NO SABOÓ	3.000.000,00	2.000.000,00	-	5.000.000,00
	CONSTRUÇÃO DE VIAS INTERNAS DE CIRCULAÇÃO E REMODELAÇÃO DA AVENIDA EDUARDO GUINLE	3.000.000,00	8.000.000,00	9.000.000,00	20.000.000,00
		28.838.332,00	37.194.919,00	19.000.000,00	84.673.562,00

RECURSOS PRÓPRIOS		
FONTES DE RECURSOS	VALOR - R\$	%
Saldo Remanescente da Retenção de Lucros de 2009	1.881.082,49	2,22
Retenção de Lucros de 2010	31.671.359,77	37,40
Geração de Caixa das Operações	51.121.119,74	60,37
	84.673.562,00	100,00


Alencar S. da Costa
Diretor de Administração e Finanças


Renato Ferreira Barco
Diretor de Planejamento e Controle



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, à vista do Parecer dos Auditores Independentes - AGUIAR FERES - de 8.3.2011, e da Auditoria Interna através de sua Nota Técnica de 04.03.2011, cujos pontos ressaltados e/ou enfatizados no âmbito de cada um dos referidos documentos também estão relatados nas Notas Explicativas nºs 4, 6 e 19.

Tomou, ainda, conhecimento das seguintes proposições, a serem encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas:

1. Proposta de Orçamento de Capital Plurianual para os exercícios de 2011 a 2013, em anexo, com aplicação de recursos próprios, no montante de R\$ 84.673.562,00 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e três mil e quinhentos e sessenta e dois reais);
2. Proposta de Destinação do Lucro Líquido do exercício de 2010, no montante de R\$ 44.496.168,18 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e sessenta e oito reais e dezoito centavos), com a distribuição de R\$ 10.600.000,00 (dez milhões e seiscentos mil reais) aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio e Retenção de Lucros no montante de R\$ 31.671.359,77 (trinta e um milhões, seiscentos e setenta e um mil, trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos), conforme abaixo:



DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Lucro Líquido do Exercício	R\$ 44.496.168,18
(-) Reserva Legal (5%)	R\$ (2.224.808,41)
Lucro Líquido Ajustado	R\$ 42.271.359,77
Juros sobre o capital próprio (25,08%)	<u>R\$ (10.600.000,00)</u>
Reserva de Retenção de Lucros de 2010	R\$ (31.671.359,77)

A parcela do lucro líquido destinada à Reserva de Lucros tem como finalidade atender às necessidades de recursos previstos no programa plurianual de investimentos da Companhia para os exercícios de 2011 a 2013, objeto do Orçamento de Capital de R\$ 84.673.562,00 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e setenta e três mil e quinhentos e sessenta e dois reais), conforme a seguir:

Saldo Remanescente da Retenção de Lucros de 2009	R\$ 1.881.082,49
Retenção de Lucros de 2010	R\$ 31.671.359,77
Geração de Caixa das Operações	<u>R\$ 51.121.119,74</u>
	R\$ 84.673.562,00

- Proposta de manutenção no patrimônio líquido, do valor de R\$ 1.881.082,49 (um milhão, oitocentos e oitenta e um mil, oitenta e dois reais e quarenta e nove centavos), correspondente ao saldo remanescente da retenção de lucros do exercício de 2009, que se destina a atender parcialmente o Programa de Investimentos estabelecidos no Orçamento de Capital de 2011 a 2013.
- Proposta de aumento do Capital Social de R\$ 648.395.012,49 (seiscentos e quarenta e oito milhões, trezentos e noventa e cinco mil, doze reais e quarenta e nove centavos) para R\$ 698.071.171,80 (seiscentos e noventa e oito milhões, setenta e um mil, cento e setenta e um reais e oitenta centavos), correspondente à capitalização do montante de R\$ 49.676.159,31 (quarenta e nove milhões, seiscentos e setenta e seis mil, cento e cinquenta e nove reais



e trinta e um centavos), referente a execução financeira dos orçamentos de capital dos anos de 2008 e 2009, permanecendo o número de ações em 179.492.901.054, sendo 89.746.450.530 ordinárias e 89.746.450.524 preferenciais.

O Conselho Fiscal ratifica as ressalvas e ênfases apontadas pelas Auditorias Independente e Interna, e é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à submissão das propostas contidas nos itens 1, 2, 3 e 4 acima mencionados à Assembleia Geral de acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Santos, 18 de março de 2011.




Herbert Marcuse Megredo Leal
PRESIDENTE



José Mauro Gomes
CONSELHEIRO



Martin Aron
CONSELHEIRO




Marcelo Eduardo Rattón Ferreira
CONSELHEIRO



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


"O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, tendo examinado o Relatório da Administração referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, aprova o referido documento, recomendando o seu encaminhamento à Assembléia Geral dos Acionistas.

Santos, 18 de março de 2011.


Augusto Wagner Padilha Martins
PRÉSIDENTE DO CONSELHO


Paulino Moreira da Silva Vicente
p/CONSELHEIRO


Duvanier Paiva Ferreira
CONSELHEIRO


Marcelo Perupato e Silva
CONSELHEIRO


Hermes Anghinoni
CONSELHEIRO


João de Andrade Marques
CONSELHEIRO

GRUPO DE TRABALHO

-

Componentes do Grupo de Trabalho

Márcia Rubino Ferreira Pereira
Agostinho de Souza Filho
Célia Regina de Souza
Francisco Vilaro Neto
Gilmar Garcia Simão
José Manuel Gatto dos Santos
Nilton Lopes

Design e Diagramação

Dennis Christofer De Paula Silva

Fotos

Alexandre Soares
Dennis Christofer De Paula Silva
Fabrício Nascimento de Souza
Sérgio Furtado
Sérgio Saraiva

Apoio na Elaboração

João Fernando Salazar Pinelli
Tamiris Bernin

-



SECRETARIA DE
PORTOS

